

1 ATA DEGRAVADA DA 197ª PLENÁRIA ORDINÁRIA AMPLIADA.

2 Ao terceiro dia do mês de Março de 2015, no Auditório da Pontifícia Universidade Católica de
3 Minas Gerais- PUC/MG, realizou-se a centésima nonagésima sétima plenária Ordinária do CEAS,
4 coordenada pela sua presidente, Simone Albuquerque – SEDESE, e, onde estavam presentes os
5 seguintes Conselheiros Titulares: Patrícia Pinto Valadares – FAPAES, Júlio César de Oliveira
6 Bum- IMSNS, Hermellis Messias Tirado de Campos – CMAS São Francisco de Paula; Volney
7 Lopes de Araújo Costa–PSIND; Mila Magalhães Ribeiro – SEPLAG; Vinícius Queiroga Mendonza
8 - CMAS/BH; Geisiane Lima Soares – Caritas; Rodrigo dos Santos França - ASSPROM; Denise de
9 Cassia Cunha - CRED 6ªREG; Shirley Aparecida M. Silva- CMAS Sarzedo. Conselheiros: José
10 Henrique Highi Rodrigues- SEF; Ronaldo Gonçalves de Oliveira - CMAS Juiz de Fora; Lúcia Elena
11 Santos J. Rodrigues - COGEMAS; Fernanda R. Maia Mendes - SES/MG; Maria Raimunda N. Silva
12 - FAAP/MG; Maria Alves de Souza – FETAEMG; Adriana Rocha - SARF/ SEAPA. Conselheiros
13 suplentes: Adriane Cristina D. R. Rosa –CRED; Maria da Pascoa Andrade – COGEMAS; Odette
14 Pereira de Souza Santos – CMAS/Três Marias; Isabela de Vasconcelos; Robson Marcos Pereira –
15 CMAS Bueno Brandão; Tereza C. D .Gusmão- SEDESE; Isabel Fernandes de Azevedo – SES;
16 Erica Andrade Rocha - CRP/MG; Angélica de Moura Pires- SEE/MG; Renata Vieira – ISJB;
17 Mauro Alves de Souza – ACONESQUISTAC. Membros da Secretaria Executiva: Consolação
18 Cifani da Conceição; Rosalice Tassar; Nilce Araújo; Maria Paula; Adelmira Cerqueira; Vera Lucia;
19 Regina Caldeira; Raquel Trindade; Bruno Chaves e Rosângela Maria. **VOLNEY** – Plenária
20 Estadual de Assistência Social, fazer este plenário aqui pra gente é uma grande alegria. Nós
21 vamos dar início a 197ª plenária ordinária deste Conselho. Só agradecer por uma compreensão do
22 processo. Volney de Araújo Costa representando a sociedade civil - represento a entidade
23 Sindicato dos Psicólogos do Estado de MG. Estou na vice-presidência do Conselho, e estou
24 assumindo a presidência interinamente, com a saída da última presidente que tivemos. Então
25 microfone pra todos os conselheiros, para que se apresentem na plenária, por favor. **RONALDO** -
26 Bom dia a todos e todas. Meu nome é Ronaldo, represento a sociedade civil e representando o
27 Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora. Minha entidade também coincide com
28 a dele - é Sindicato dos Empregados das Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas do
29 Estado de Minas. **ROBSON** - Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar a todos os
30 presentes. Meu nome é Robson Marcos e represento o CMAS de Bueno Brandão- Sul de Minas.
31 **HERMELLIS CAMPOS** - Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Hermellis Campos, represento o
32 seguimento governamental, representando o CMAS de São Francisco de Paula. **JÚLIO CÉSAR** –
33 Bom dia. Meu nome é Júlio César e também sou conselheiro. Sou Segundo Secretário do
34 Conselho e represento o Instituto dos Missionários Sacramentinos que é sociedade civil. **LÚCIA**
35 **ELENA** - Bom dia. Sou Gestora de Poços de Caldas e estou no Conselho Municipal
36 representando o colegiado de Gestores do Estado Minas - o CONGEMAS. Meu nome é Lucia
37 Elena. **SHIRLEY**– Bom dia. Meu nome é Shirley. Sou representante governamental - represento
38 o Conselho Municipal de Sarzedo. **FERNANDA** - Bom dia. Meu nome é Fernanda, representante
39 governamental, pela Secretaria de Estado de Saúde. **ISABEL** - Bom dia a todos e todas. Meu
40 nome é Isabel, represento também a Secretaria Estadual de Saúde. Sou a suplente da Fernanda.
41 **RODRIGO** – Bom dia a todos. Sou representante da Sociedade Civil, representante da
42 Associação de Profissionalizante do Menor em BH - ASPROM –BH. **JOSÉ HENRIQUE** – Bom dia.
43 Meu nome é José Henrique. Represento a Secretaria de Estado da Fazenda de MG. **ADRIANA** –
44 Bom dia. Meu nome é Adriana Rosa. Represento a Sociedade Civil pelo Conselho Regional de
45 Economia Doméstica. **PATRICIA** – Bom dia. Meu nome é Patrícia. Represento a sociedade Civil
46 pela Associação das APAES do Estado de MG. **VINICIUS** – Bom dia. Meu nome é Vinicius, e
47 represento o Conselho Municipal de BH e a Jornada dos Conselhos Municipais da Assistência
48 Social da região Metropolitana. **GEISIANE** – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Geisiane, e
49 estou representando a sociedade civil pela Caritas Regional Minas Gerais. **VOLNEY** – mais algum

50 conselheiro presente? **MARIA RAIMUNDA** – represento a sociedade civil, representante da
51 Federação dos Aposentados e Pensionistas de MG. **ELISA** – Bom dia a todos e todas. Meu nome
52 é Elisa, de Barbacena. Sou conselheira do Conselho de Assistência Social e da Criança e do
53 Adolescente, representando a sociedade civil. **CACILDA** – Bom dia. Represento o Governo do
54 município de Barbacena. **VOLNEY** – Gente está tendo um pequeno equívoco, mas apenas os
55 Conselheiros Estaduais para se apresentarem. **TEREZA CRISTINA** – Bom dia. Sou Tereza
56 Cristina, representante do governo e trabalho na SEDESE. **MILA** – Bom dia. Meu nome é Mila,
57 representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **ISABELA** – Bom dia. Meu
58 nome é Isabela conselheira estadual, representando a SEDESE - suplente. **PASCOA** – Bom dia.
59 Meu nome é Pascoa, gestora, representante suplente do COGEMAS. **VOLNEY** – Bom, agora vou
60 convidar pra me ajudar o primeiro secretário Hermellis, que representa o governo. Vou convidar
61 também o segundo secretário Júlio César, representando a sociedade civil. Convidar para compor
62 a Mesa, Subsecretária Simone Aparecida Albuquerque. **VOLNEY** – Bom, na condição de Vice-
63 Presidente do Conselho, a partir deste momento, eu darei o termo de posse substituindo a
64 representante. Aos três dias do mês de março de 2015, compareceu perante o Conselho Estadual
65 de Assistência Social de MG, em sua 197ª Plenária Ordinária, a fim de tomar posse no referido
66 Conselho, na qualidade de membro representante do poder público, pela Secretaria de Estado de
67 Desenvolvimento Social - SEDESE, Simone Aparecida Albuquerque, titular, em substituição à
68 Maria Albanita Roberta de Lima, conforme a ata de nomeação, publicada em 03/03/2015. Faça o
69 favor Simone, você assina pra gente o termo de posse. Simone considere-se empossada. Seja
70 bem vinda a este plenário. Esperamos que você possa contribuir muito com a política de
71 assistência social do Estado de MG, e que a gente possa continuar nessa caminhada. Bom gente,
72 a partir deste momento, como o Conselho ainda tem um mês de presidência governamental, os
73 conselheiros governamentais, eles se reunirão com a nova conselheira e farão a indicação do
74 presidente, e também do presidente da comissão de política que estava em vacância. Então, nós
75 conselheiros da Sociedade Civil, eu e o Júlio, vamos nos retirar, e os conselheiros
76 governamentais, os titulares e os suplentes, por favor, para que façam a indicação. **SIMONE** – eu
77 fui indicada para ser a Presidente, e a Shirley vai ser a representante governamental, para ser a
78 coordenadora da comissão de política do conselho. Então é isso. **VOLNEY** – bem o governo
79 assume a presidência até o mês de março. Em março tem a nova eleição da presidência e
80 também tem a alternância da presidência das 4 comissões. Vou procurar uma plenária bem
81 dinâmica para vocês terem uma compreensão do funcionamento do Conselho Estadual, ok? Eu
82 quero também chamar a Consolação para dar um apoio, viu Consolação? A Consolação é a
83 Secretária Executiva do Conselho, todos a conhecem. Sempre ela trabalha no apoio com a gente.
84 Vou passar a palavra para a presidente do Conselho Simone Albuquerque. **SIMONE** – Bom dia a
85 todos e a todas. Muito obrigada pela presença de todos vocês aqui. Para nós é muito importante
86 que a gente possa começar a nova gestão com o diálogo permanente com os conselhos - os
87 Conselhos Municipais. Nós precisamos avançar no debate com os Conselhos Municipais, e é
88 muito importante ter uma pauta conjunta e comum do Conselho Estadual com os Conselhos
89 Municipais, para que a gente possa trocar, não só trocar experiências, mas, mais do que isso,
90 estabelecer diretrizes mesmo de uma dinâmica comum e conjunta entre o Conselho Estadual e os
91 Conselhos Municipais. Então é muito importante que a gente comece assim. Este ano temos uma
92 agenda muito extensa para os conselhos. Uma agenda que vai desde as conferências municipal,
93 estadual e nacional. A conferência nacional já foi convocada e será discutida aqui. E tem suas
94 etapas municipais colocadas e o debate, e surgiu um debate bastante refinado, que exige de nós
95 um outro posicionamento dos desafios colocados para o sistema único de assistência social - é
96 importante que a gente reflita que os 10 anos e 11 anos de implantação do SUAS faz este ano, e
97 é um ano importante, e temos que pensar como vamos comemorar este ano. A NOB que foi em
98 2005, então já tem 10 anos, mas nós ainda estamos do ponto de vista do controle social com
99 alguns desafios muito importantes. O maior deles é a participação dos usuários. Esta bandeira

100 temos que trazer para a pauta dos Conselhos Municipais de assistência social. Se formos ver a
101 paridade, a paridade tem que ser bastante discutida, mas não só uma paridade entre governo e
102 sociedade civil, mas uma paridade também que a gente possa pensar que as representações de
103 entidade usuários e trabalhadores sejam respeitadas nos Conselhos Estaduais no Brasil. Este é
104 um ponto que considero muito importante. E a participação dos usuários ainda é muito mais um
105 discurso do que uma prática, não só nos nossos conselhos, mas nos CRAS, nos centros de
106 referências básicos especializados, nas entidades, então considero um desafio bastante
107 importante para a gente enfrentar. Outro desafio é a vinculação das entidades ao SUAS. Peguei
108 as informações, depois vou passar para vocês. Nós precisamos cadastrar as entidades no
109 cadastro nacional de entidades de assistência social, no CNAS. Minas está com baixíssimo
110 cadastramento das entidades, e o cadastro das entidades no SUAS é fundamental para o passo
111 seguinte, para a gente criar de fato a estratégia da vinculação das entidades de assistência social
112 ao sistema único de assistência social. Então além do desafio da conferência, nós também
113 estamos discutindo o desafio da regionalização das ofertas da proteção especial, que é claro que
114 isso vai nos movimentar e movimentar a pauta política dos conselhos em toda a MG. Nós, este
115 ano, temos o encontro do COGEMAS, que será em Fortaleza, o encontro de colegiado de
116 gestores, tem sido o segundo maior encontro de gestores do Brasil, e sem dúvida nenhuma,
117 encontro, só do nordeste, reuniu 1500 secretários municipais de Assistência Social, da região
118 Nordeste. Então vocês imaginem o encontro nacional - trará uma pauta muito importante para o
119 Sistema Único de Assistência Social, que está discutindo os desafios da gestão municipal. E um
120 dos desafios da gestão municipal são os conselhos de assistência social. Não adianta separar o
121 debate da gestão do controle social. Uma gestão só é fortalecida, quando o conselho é também
122 forte. Conselho com condições para funcionar, com respeito do gestor, que de fato seja
123 imponderado no município, e que sejam diretrizes para o ano de 2015. Que nos desafiam e
124 também nos animam muito. Animação está aqui, na presença de todos vocês neste auditório.
125 Bem, então, quero dizer que eu tenho muito orgulho e muita honra de poder conduzir e muito mais
126 participar do Conselho Estadual de Assistência Social de MG. Agora vou perguntar o que vou
127 fazer. Então vou fazer a justificativa de ausência. Justificou a ausência o conselheiro Fernando
128 Almeida Alves, por motivo de viagem a trabalho, ele é da sociedade civil, e é da rede Cidadã.
129 Também justificou a ausência a conselheira Ana Tereza Macedo, também por motivo de trabalho,
130 ela é representante da SEAPA, Secretaria de Agricultura. Também justificou a ausência Clodoália
131 Barbosa, afastamento por aposentadoria, SEPLAG, e também justificou a ausência Águeda
132 Cristina M. Resende, que é governamental, que é da Secretaria da Fazenda. Agora vou fazer
133 apreciação das atas da 196^o e 195^o. Consolação escreveu tudo direitinho, mas estou nervosa e
134 não consigo ler. Então quero perguntar aos conselheiros se algum tem alguma observação para
135 fazer nas atas dessas reuniões. Alguma coisa! Então podemos considerar como aprovada da 195^a
136 e 196^a plenárias do Conselho. Agora a gente vai fazer a apreciação da pauta. Alguma questão?
137 Pois não, Volney. **VOLNEY** – a minha inclusão de pauta é aprovação do calendário do CEAS para
138 o ano de 2015. **SIMONE** – todos concordam com a inclusão do ponto de pauta. Então, favor
139 Consolação, vamos incluir o ponto de pauta proposto pelo conselheiro Volney. Agora vamos
140 passar para os informes do Conselho. Quero informar que o Ministério de Desenvolvimento
141 Social, prorroga prazo para atualização do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
142 até 31/07/2015. Este é um ponto fundamental que queria aproveitar a presença de vocês e pedir,
143 por favor, que os senhores e senhoras possam preencher o cadastro nacional de entidades de
144 assistência social, que está previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, pela previsão nós
145 temos 17 mil entidades de assistência social no Brasil inteiro. O CNAS está aberto, mas pelo
146 levantamento que fizemos ontem na SEDESE, 50% dos municípios entraram no cadastro e está
147 em preenchimento. O cadastro é um pouco demorado, porque o conselho tem que visitar a
148 entidade e tem que fazer visita, e depois da visita ele faz o preenchimento do CNEAS. O
149 município recebe 50 reais por cadastro. Então tem um apoio financeiro para o cadastro, que vai,

150 então, prorrogar para 31 de julho. Isso é muito importante por que é um cadastro, como eu disse,
151 que vai ser mecanismo para proposição da vinculação das entidades ao SUAS. Isso é uma
152 questão importante: estamos com uma equipe de apoio da SEDESE, do Conselho Estadual, uma
153 equipe da secretaria executiva do Conselho Estadual, e quem tiver alguma dúvida pode procurar
154 a equipe, que estamos aqui, completamente, à disposição dos senhores e das senhoras. E Minas
155 sediará a reunião regional de Assistência Social com os Conselhos de Estaduais de Assistência
156 Social das regiões Sul e Sudeste. Essa reunião será nos dias 23 e 24 de Abril de 2015. E no dia
157 23 e 24 de Abril é uma reunião estratégia de apoio do Conselho Nacional para os conselhos
158 estaduais, e, claro, aberto para os conselhos municipais que quiserem e puderem estar presentes.
159 Estarão presentes conosco, os conselhos da região sudeste, ou seja, os conselhos estaduais de
160 Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e da Região Sul também: Paraná, Santa
161 Catarina e Rio Grande do Sul. E também será aberto para os conselhos municipais. Em breve nós
162 divulgaremos o local, horário e programação para vocês, mas será nos dias 23 e 24 de abril, e,
163 com certeza, essas reuniões são um momento muito importante para todos nós. Outra informação
164 é que o Conselho Nacional de Assistência Social convocou, extraordinariamente, a 10ª
165 Conferência de Assistência Social, que será nos dias 7 a 10 de Dezembro de 2015, e informa
166 também o Encontro Estadual da 3ª Idade, que é organizado pela FETAEMG. Esse encontro será
167 no Centro de Estudos Sindicais da FETAEMG, 10, 11 e 12 de março de 2015. A abertura será às
168 9hs do primeiro dia. E nós iremos tirar um representante do Conselho Estadual de Assistência
169 Social. Vou perguntar a Consolação como é que a gente faz isso. Só um minutinho. O critério que
170 ela me falou que é um conselheiro de BH, e que tenha disponibilidade para os dias 10, 11 e 12 de
171 março. Tem algum conselheiro que se dispõe a participar? Volney vai olhar! O pessoal está
172 achando melhor delegar para a Secretaria Executiva, para fazer uma consulta aos conselheiros
173 estaduais. Pode ser assim. Obrigada! Então são os informes que eu tinha para dar. Vou passar
174 para o conselheiro Volney e vou abrir para os conselheiros que quiserem dar informes, e ai depois
175 Lúcia vou passar para você, ou Jaime - presidente do Colegiado, que nos dá a honra da presença
176 hoje, que quero agradecer muito ao presidente Jaime, para vocês darem informes aqui da reunião
177 que faremos em conjunto na quinta-feira, então Volney, com a palavra. **VOLNEY** – toda fala
178 deverá ser identificada, uma vez que depois tem a degravação de toda a plenária. Quero informar
179 que tramitou o projeto de lei das 30 horas da Psicologia. A presidenta Dilma vetou integralmente o
180 projeto, e o Congresso agora tem a autonomia para fazer a derrubada do veto. Nós tivemos a
181 reunião em Brasília na próxima semana, e infelizmente, lamentável essa reunião ela foi alterada.
182 Não temos data então para apreciação ou derrubada do veto para as 30hs da psicologia. **SIMONE**
183 – bom, tem algum além do COGEMAS, algum outro conselheiro que queria dar informes? Não!
184 Eu vou passar para o COGEMAS, e depois vou passar para a conselheira Denise, para que ela
185 possa apresentar o Jaime, que vai dá o informe. Vou chamar o presidente do Colegiado dos
186 Gestores Municipais da Assistência Social, Presidente Jaime. **JAIME** – Obrigado. Quero
187 cumprimentar todos e todas presentes. Auditório lotado. Quero cumprimentar nossa querida
188 amiga Simone Albuquerque, o Volney e, em nome de vocês dois, toda a mesa representante da
189 Sociedade Civil, trabalhadores do SUAS, Sistema Único da Assistência Social, conselheiros da
190 Sociedade Civil, e dizer da nossa alegria de estarmos participando deste momento histórico para
191 as instâncias do controle social. É a honra de participarmos aqui. Fizemos um tour de força para
192 repatriar a Simone para MG novamente, e conseguimos com que ela voltasse. É importante, joga
193 luzes e aponta para o fortalecimento da política de assistência social, e neste sentido o
194 COGEMAS sente-se fortalecido para reavivar, em dar vida a Assistência Social no Estado de MG.
195 O compromisso maior com os municípios. Queria dizer antes também e aproveitar aqui, não é
196 todo dia que a gente tem essa oportunidade, mas aproveitar. Nós do controle social, nosso
197 Deputado está chegando aqui. Deputado e Secretário de Estado, seja bem vindo, André. É dizer
198 pra vocês que estarmos aqui debatendo e deliberando, fazendo o papel do controle social, só é
199 possível fazer de maneira tão ampla e tão moral no Estado Democrático de Direito, onde a

200 democracia cada vez se afirma cada vez mais para todos nós trabalhadores do SUAS, e queria
201 deixar essa mensagem e muito emblemática essa posse. Fiz questão de vir no primeiro dia da
202 reunião deste conselho. Então é importante que cada momento que temos como este, é
203 importante reafirmar o compromisso que temos com a democracia desse país e com as instancias
204 de participação popular. Isso é muito importante. Queria aproveitar o espaço, para convidar a
205 todos e todas, quinta-feira que vem, dia 5 de março, quinta-feira depois de amanhã, vamos fazer
206 nossa primeira reunião do colegiado de assistência social. Vamos fazer uma reunião conjunta
207 diferenciada - o colegiado de gestores junto com a SEDESE. Nós teremos a equipe da SEDESE,
208 da nova equipe, vamos apresentar nosso novo site eletrônico do COGEMAS, que vai nos ajudar a
209 contribuir e estarmos mais próximos dos municípios. Vamos fazer um bom debate dos desafios do
210 SUAS nesses 10 anos de afirmação da política nacional de assistência social, e vamos projetar
211 para frente quais os verdadeiros desafios da implantação, de dar mais vida e de fazer chegar aos
212 853 municípios de MG uma política tão importante como esta da assistência social. Então queria
213 convidar a todos e todas para que nos ajudem a fazer este debate. Vamos também reforçar o
214 convite para o encontro regional do COGEMAS, que vai acontecer em Niterói, dias 16 e 17 de
215 março e lá vamos fazer um bom debate da política nacional de assistência social. Então, gostaria
216 de agradecer o debate aqui presidenta e desejar sucesso para todos vocês todas e todos, e dizer
217 que o Colegiado de Gestores está firme e forte a vencer os desafios propostos para todos nós.
218 Muito obrigado e uma boa reunião para todo o colegiado. Local desculpa! Local vai ser também
219 fico nervoso, ficar pertos só dos grandes da assistência social. o local é vai ser na Cidade
220 Administrativa, no auditório Presidente Juscelino Kubistchek então vamos ficar o dia inteiro lá. Na
221 parte da manhã começamos às 9hs em ponto. Na primeira parte da reunião, e na segunda parte
222 vamos avançar com os debates. Então todos na cidade administrativa, nós vamos ter uma reunião
223 conjunta. Agradeço a atenção e tenhamos um bom dia. Obrigado. **SIMONE** – Então, agora vou
224 chamar os conselheiros, primeiro cumprimentar o Secretário. Secretário André, obrigado pela
225 presença, e nós estamos em um momento de informes dos conselheiros. E agora vou passar para
226 os conselheiros que ainda não se apresentaram, e depois, então, nós vamos convidá-lo Secretário
227 para compor a mesa conosco. Então, quero chamar aqui o conselheiro Mauro, que não se
228 apresentou ainda. **MAURO** – Bom dia a todos e todas. Mauro Alves de Souza representante de
229 usuário da Associação de Quilombolas de Ouro Verde de Minas Vale do Mucuri. **SIMONE** –
230 Obrigada Mauro. Conselheira Ana Maria. **SIMONE**: Então vou passar para a conselheira Denise.
231 **DENISE** – Denise Cunha, assistente social, representando dos seguimentos dos trabalhadores,
232 CRESS- 6º região. **SIMONE** – Obrigada Denise. Vou chamar a conselheira Maria. Para que ela se
233 apresente. **MARIA ALVES** – desculpa gente! Bom dia a todos e a todas. Me chamo Maria, sou
234 quilombola no município de Santa Cruz, em Ouro Verde de Minas, mas atualmente estou no
235 Departamento de Políticas Sociais da FETAEMG, que é a Federação dos Trabalhadores em
236 Agricultura do Estado de MG, pelo qual sou conselheira aqui neste Conselho. **SIMONE** – Muito
237 obrigada. Bem, então agora vou convidar para compor a mesa com a gente é nosso Secretário de
238 Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho, secretário e deputado André Quintão.
239 (APLAUSOS) Também quero chamar a nossa Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social e
240 Trabalho, Rosilene Rocha. Quero também chamar a Coordenadora do Centro de Apoio das
241 Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, a quem agradeço muito a presença, a nossa
242 querida Paola Domingues Vieira Diniz. Quero também chamar, e agradecer muito pela
243 colaboração e parceria de sempre, nossa querida e professora, chefe do departamento de
244 Assistência Social da PUC-MG, Maria da Consolação Gomes Castro. Muito obrigado, nossa
245 querida Consola. Também já está na mesa conosco, Vice-Presidente do CEAS MG, Volney Lopes
246 de Araújo Costa. Também quero convidar aqui, para compor a mesa conosco, nossa Secretária
247 Executiva do CEAS-MG, Consolação da Conceição e também o 1º Secretário de Assistência
248 Social, Hermellis Messias Campos. E o 2º Secretário Júlio Cesar Ferreira. E também já está
249 conosco e mais uma vez eu agradeço a presença, o presidente do COGEMAS MG, Jaime Luiz

250 Junior. Bem, então essa é uma reunião ampliada com os conselhos, e nessa primeira reunião o
251 objetivo é convidar o Secretário de Estado, e sua equipe, para que se possa apresentar aos
252 demais conselheiros e para o conselho Estadual, e de forma ampliada para os conselhos
253 municipais, neste momento eu tenho a honra de convidar a se apresentar, e apresentar sua
254 equipe, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de MG, secretário André Quintão.
255 **ANDRÉ QUINTÃO** – Bom dia. Cumprimentar nossa querida Simone, presidente empossada do
256 CEAS, do Conselho Estadual, Volney - vice-presidente do CEAS, Rosilene Rocha, Secretária
257 Adjunta da Secretaria, Hermellis Messias, Júlio Cesar, Dra. Paola, Presidente do COGEMAS e
258 Secretário de Valadares - Jaime, nossa amiga Consolação do CEAS, também nossa amiga
259 Consolação do Serviço Social. Queria cumprimentar toda a equipe da SEDESE presente e
260 também conselheiros estaduais, municipais, gestores. Primeiro queria dizer à Consolação da PUC
261 que foi uma feliz coincidência essa plenária ter sido realizada aqui. Para quem não sabe, meu
262 vínculo com esta área começou exatamente aqui na PUC, na década de 80, no curso de Serviço
263 Social, e nas nossas primeiras chapas de Diretório Acadêmico. Contava com a presença da
264 Rosilene, da Simara, da Consolação, então tem uma dimensão afetiva muito grande este retorno
265 aqui hoje, nesta condição de apresentação a este público do controle social, da política pública da
266 assistência. Queria fazer uma apresentação parcial da nossa equipe, e também das diretrizes com
267 as quais estamos iniciando o nosso trabalho. Na secretaria, nós escolhemos com total aval e
268 apoio do governador Fernando Pimentel, pessoas que tenham trajetória e experiência e
269 competência de gestão nesta área. Fiz questão de trazer como secretária Adjunta a Rosilene - é
270 assistente social, foi em BH, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, na época que o
271 atual governador Fernando Pimentel foi prefeito - e a Rosilene foi secretária Nacional de
272 Assistência Social, durante a Gestão do Ex-Ministro Patrus, no MDS. Além das características
273 humanas e pessoais tão necessárias para assumir esta missão. Para a Sub-secretaria de
274 Assistência Social, nós trouxemos nossa querida amiga Simone Albuquerque. A Simone também
275 formada na PUC, assistente social. Tive a oportunidade, quando fui secretário Municipal em BH,
276 de ter a Simone como diretora da área junto com a Rosilene Rocha. Então já trabalhamos em BH
277 também quando o Patrus foi prefeito, e a Simone passou praticamente 12 anos em Brasília, à
278 frente da diretoria Nacional da Assistência Social e coordenando a implantação do SUAS, Sistema
279 Único da Assistência Social. Para a Subsecretária de Trabalho da SEDESE, nós estamos
280 recebendo, e deve assumir inclusive no dia de hoje, companheiro Antônio Roberto Lambertucci,
281 que já foi delegado regional do Trabalho em MG, coordenador da Escola Sindical, e neste último
282 período estava no Ministério da Educação no Governo Federal. Nós temos a montagem, ainda em
283 curso, em outras áreas - superintendência e diretorias, mas especificamente neste dialogo, para
284 tratar especialmente da assistência social, nós teremos a Simone que é a Subsecretária da
285 Assistência, a Rosilene que é Secretária Adjunta com vinculo na área e eu próprio. Vou aprender
286 com elas. Vocês sabem, sou assistente social, sociólogo, fui secretário em BH, implantei na época
287 a LOAS 93, 94 95, 96, no governo Patrus, depois vereador, deputado. Na Assembleia autor de
288 várias legislações nesta área. Na Câmara Municipal, autor da Lei do SUAS em MG, e
289 coordenador da Frente Parlamentar da Criança. Diria militante da área e analista de política
290 pública, concursado da Prefeitura de BH. Eu tenho humildade de reconhecer tudo que já foi feito,
291 até hoje, na política pública por outras pessoas que nos antecederam na própria secretaria, em
292 outros espaços, mas eu queria dizer que do ponto de vista da formação da equipe, a sinalização
293 que nos buscamos oferecer é uma sinalização de valorização de pessoas que entendam e militam
294 a política pública, sem loteamento político eleitoral. Nós vamos lotar a equipe para fazer a melhor
295 gestão possível do Sistema Único da Assistência Social em MG com o apoio de vocês, e nesta
296 linha, queria dizer que vamos trabalhar junto, mas queremos trabalhar juntos com o controle
297 social. Nós que participamos desde o inicio da discussão da política da assistência, da
298 Constituição Federal, artigos 203 e 204, da luta pela Lei 293, depois das operacionais básicas,
299 depois a política nacional discutida em 2003 e 2004. A implantação do SUAS, depois a lei do

300 SUAS, sabemos que o controle social é muito importante, é uma peça indissociável desta
301 construção. Aliás, se não fosse a participação popular já na constituição de 88, talvez não
302 estivéssemos colhido os frutos dessa política nos dias de hoje. Todos sabem da trajetória do
303 assistencialismo, do clientelismo, do favoritismo, que permearam a questão social nesse país, a
304 questão histórica e a participação política. A mobilização foi absolutamente histórica e
305 fundamental, para que inseríssemos a Assistência Social como política pública e os passos
306 subsequentes. Então, além de fazermos uma boa gestão do ponto de vista dos diagnósticos do
307 planejamento da ação de política pública, nós queremos também fortalecer os mecanismos da
308 política pública estadual de controle social, da melhor maneira possível. Tanto o conselho, fóruns,
309 a instância de deliberação máxima que é a conferência estadual, seja como presidente do
310 Conselho no passado, resta saber que neste ano que é ano de conferência. Já conversamos com
311 o governador, inclusive no dia que fui convidado, para fazermos a melhor conferência possível.
312 Por que, no meu entendimento, o espaço máximo de formulação de diretrizes e caminho
313 percorrido e de sinalização de novas perspectivas, tem no espaço da conferência o seu lugar
314 fundamental. Cada um de nós tem sua responsabilidade: os gestores tem organizado, sob
315 liderança do COGEMAS, a nossa equipe terá e tem. Estamos investidos neste mandato público
316 para isso. Mas nós sabemos que nada melhor que o debate acolhido pelos municípios, as
317 discussões no espaço estadual para estabelecermos as prioridades, e foi talvez uma aula de
318 concentração maior que tive na Assembleia, sempre preocupando em traduzir as deliberações da
319 conferência, essas peças orçamentárias de planejamento público. Foi assim até o final do ano, e a
320 Assembleia vai votar o PPAG do Estado 2016/2019, então a gente espera que as prioridades
321 discutidas sejam inscritas no planejamento de longo prazo do Estado. Assim que estivermos todas
322 as informações, o cronograma, calendário, metodologia que o Conselho Nacional da Assistência
323 Social já está trabalhando, nós deliberaremos também a nossa trajetória aqui em MG, para
324 realizarmos uma ótima conferência, envolvendo todos os seguimentos. Essa é a minha
325 preocupação máxima - nós queremos o conselho das cidades, queremos o MP como parceiro, e
326 eu estarei fazendo uma visita oficial ao Dr. Procurador Geral Carlos, que nós não queremos o
327 ministério público simplesmente para tentar as funções do poder público, que ele tem por
328 obrigação fazer. Com a experiência que ministério público de Minas tem, nós queremos o
329 ministério público para construir caminhos de superação desses desafios. Queremos também o
330 presidente do Tribunal de Contas do Estado, o presidente da Assembleia Legislativa, no sentido
331 de envolver o conjunto dos poderes públicos de MG, e o comprometimento da política pública, que
332 considero muito importante. Então, queria transmitir para vocês neste início, o compromisso que já
333 solicitei em primeira reunião que fiz com todos os servidores da secretaria, em fazermos uma
334 conferência de fato à altura dos desafios que nós temos nas políticas públicas em MG. Estaremos
335 também vinculando este esforço de participação popular, a metodologia que o governo irá adotar
336 na discussão dos conjuntos das prioridades territoriais, o Governador Fernando Pimentel, nos
337 incumbiu até o final de março, entregar todas as ações do poder público em curso em MG, e
338 alinharemos diretrizes iniciais do trabalho, e depois iremos nas 4 regiões do Estado. Serão
339 instalados fóruns regionais de participação popular, para que a proposta do planejamento chegue
340 até a Assembleia, em agosto, informada num debate acumulado nas regiões. Então é muito
341 importante que, além da nossa participação temática nos municípios, na discussão da
342 Conferência Estadual, órgão máximo deliberativo, a gente também possa acompanhar e fazer
343 este debate nas regiões de MG. Hoje são 10 regiões, vai haver um redesenho para haver 17
344 macrorregiões, muito bem especificada pelas características econômicas, sociais e culturais, e a
345 gente tem um espaço que a assistência social visa - a importante participação do COGEMAS,
346 para promovermos inclusive uma discussão intersetorial das várias regiões de Minas. Acho que a
347 assistência tem este acúmulo e esta obrigação de fazermos este debate nas regiões, e isso vai
348 acontecer nos meses de abril, maio e junho, mas acho que isso vai ter que acontecer. Não vou
349 tomar o tempo de vocês, mas eu queria nesse início apresentar algumas intuições, alguns

350 acúmulos que a gente teve ao longo deste último período. Em lugar tenha visto a caminhada da
351 política pública da assistência social. Isso é inegável ninguém dúvida disso. O político que houve
352 um marco legal avançado, que houve as operações, os marcos operacionais, a tipificação, que
353 está temporalizada praticamente em todos os municípios brasileiros, que tem equipamentos do
354 CRAS uma boa referência, que vem crescendo no seu nível de profissionalização e que vem
355 objetivamente junto a outras iniciativas rompendo com o ciclo de pobreza e miséria do país, seja
356 através dos benefícios e nos programas de transferência de renda e nos programas de atenção
357 familiar e outros. Pois bem! Estamos vivendo agora um outro momento. Na minha avaliação
358 precisamos vincular este novo momento na logística. Certamente teremos, não só mundial, mas
359 nacional, do ponto de vista econômico, mas também um ajuste que aponte para melhores
360 resultados de uma integração melhor com o conjunto de políticas públicas. Falo isso muito,
361 inclusive, para dentro da secretaria. A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social vive na
362 prática o trabalho e diálogo com o desenvolvimento social para as pessoas e, inclusive, dentro do
363 próprio órgão gestor efetivar e praticar essa integração, vinculando essa proteção social também
364 com a inclusão produtiva, com a geração de renda e com uma melhor empregabilidade. Mas,
365 além disso, precisamos ter um modelo em Minas de desenvolvimento econômico descentralizado,
366 regional, com distribuição de renda, com respeito ambiental, que saia dessa votação de economia
367 colonial, de commodities que MG acumulou ao longo da sua história, e que possa permitir um
368 desenvolvimento maior nas regiões que concentram maior índice de pobreza. Não podemos
369 incorrer no erro de fazer a discussão da inclusão social, dissociada no desenvolvimento
370 econômico social sustentável. Nós colocamos o desafio para nós, é importante, e é isso que
371 queremos fazer, e um conjunto das outras políticas públicas. Como falar em desenvolvimento
372 social com uma alta taxa de evasão escolar, principalmente no ensino médio. Não há como falar
373 em desenvolvimento social, se hoje você não tem uma rede de atenção e tratamento ao usuário
374 de drogas. Essa preocupação com a juventude pobre e ao mesmo tempo tem as possibilidades do
375 PROUNI, da expansão das vagas nas universidades, mas hoje não está incluindo o ensino médio.
376 Sempre enfrentar este desafio. A política de assistência social não pode ser um receptáculo de
377 desafios de vulnerabilidade que não tem consequência de política pública em outras esferas -
378 precisamos fazer promover batalhar por essa integração a pobreza principalmente foi um parcela
379 importante da juventude, via de regra da juventude negra, juventude pobre, é a juventude que
380 está no mundo das drogas, é o jovem matando jovem. A cidade de Valadares é uma das maiores
381 taxas de homicídio juvenil e, como em Ribeirão das Neves, como em Montes Claros, este é o
382 desafio fundamental, além disso, nós temos uma forte conotação da pobreza rural. 85% da
383 população estão nos grandes centros urbanos em médias cidades. Não urbano, 15% no meio
384 rural, mas em números absolutas metade da nossa pobreza é rural. Parte dessa pobreza rural
385 está associada, por exemplo, no semiárido, à indisponibilidade de água. Nunca ouviram falar em
386 desenvolvimento social, com migração de milhares de famílias do Alto Jequitinhonha, que não se
387 fixam na terra porque não tem água, às vezes, até para o consumo humano. Mas temos públicos
388 nos chamados núcleos urbanos de pobreza que tem haver com a questão fundiária. Os
389 representantes das comunidades quilombolas representados sabem disso, os indígenas, os
390 acampados. Temos que transformar o quintal do assentado em assentamento de qualidade, a
391 política de desenvolvimento agrário tem a ver com a política de desenvolvimento social. Acho que
392 este é o nosso desafio de fazer uma boa política pública de assistência social, mas sem perder
393 essa visão de que o desenvolvimento social em um Estado, como Minas, tem que estar conectado
394 como um projeto de desenvolvimento regional sustentável, inclusive, com distribuição de renda, e
395 que se sustente em conjunto de ações de políticas públicas integradas. E é com essa filosofia que
396 a gente assume a secretaria, e que vamos buscar dentro do governo esta interlocução. Para
397 concluir, a política pública, e sim a da assistência, tem seus desafios e não são poucos. Eu falei
398 dos avanços e são muitos, e a gente tem que se orgulhar deles. Mas a gente tem desafios. Não
399 basta ter CRAS, não basta ter CREAS, e olha que CREAS são poucos ainda. Temos que ter uma

400 resolutividade, uma qualidade maior neste trabalho. É verdade que estamos aumentando o nível
401 de profissionalização da gestão, mas estamos longe do ideal, as ações muito “precarizadas”, a
402 rotatividade ainda é muito grande, por isso na nossa concepção a organização dos trabalhadores
403 do SUAS também é muito importante. Não concebo um sistema de política pública de qualidade
404 com servidor desvalorizado. Então precisamos ampliar os municípios no Estado com os concursos
405 públicos, nós precisamos ter estabilidade maior, e isso pode inclusive fundamentar uma política de
406 capacitação com mais resultado, porque não adianta você desprender milhões de capacitação
407 com uma alta rotatividade, embora as pessoas capacitadas fiquem ali para exercer seu trabalho,
408 mas infelizmente não é isso que acontece hoje. A materialidade é importante. Como pensar em
409 trabalhos de busca ativa de acompanhamento de famílias, se muitas vezes falta na gestão local o
410 básico. Uma equipe maior, um veículo, um sistema informatizado, a vantagem de ser deputado
411 que a gente visita muitos municípios, e recebe muitas demandas, então a gente conhece bem a
412 realidade. Quantos municípios realizam uma escala de carro de prefeitura pra fazer visitas muitas
413 vezes até o conselho tutelar - uma criança abusada sexualmente, o conselho tem que esperar 8,
414 10 dias para visitar a família no distrito rural. E aí a gente vai fazer a discussão do orçamento, mas
415 eu queria colocar um desafio para nós, é lógico que o orçamento é desafiador. A gente sabe que
416 nos municípios muitas vezes é a política menos prestigiada, valorizada do ponto de vista do
417 investimento, é a assistência. Nós precisamos fazer este debate nas câmaras municipais,
418 estadual. Agora eu queria dizer também que se a gente assume um compromisso e desafio de
419 melhorar a gestão, a gente também pode melhorar o desempenho que nós temos. Estive no
420 Ministério de Desenvolvimento Social, umas duas ou três vezes quando assumi. Um dado
421 desafiador para nós. Nós temos saldos de conta de recursos, transferido pelo Conselho Federal
422 no valor de 178 milhões de reais, paralisados nas contas em MG. Pra vocês terem uma ideia, o
423 piso mineiro, o que o Estado passa anual, é 54 milhões ano, mas são três vezes isso paralisado
424 em contas. Temos que entender o por quê. Não basta contabilizar o município, porque contabilizar
425 o município seria o caminho simplório. Nós temos que entender para superar, e não o motivo só.
426 Nós temos vários, tem Prefeito que está fazendo superávit com o recurso deliberadamente. Aí
427 complica a gestão. Está sendo ação deliberada pelo prefeito. Tem hoje uma insegurança jurídica
428 em determinados gastos destes recursos. Os escritórios de contabilidade tem dificuldade de se
429 atualizarem com as novas regras. As prefeituras tem baixa capacidade institucional. A alta
430 rotatividade dificulta também na melhor gestão então - essa tem que ser uma prioridade. Não
431 posso chegar no município, como eu chegava como deputado, o pessoal pedia emenda
432 parlamentar para carro, e tem dinheiro na conta sem ele saber que poderia comprar um carro com
433 o IGD. Isso não pode acontecer gente, isso não pode acontecer. Agora vamos fazer outra
434 discussão: qual é o papel de assessoramento do Estado nos últimos anos, qual foi, porque o carro
435 que falta no CRAS é o carro que falta na regional da SEDESE para fazer a visita técnica nos
436 municípios, ou a ausência de equipe? Então nós temos que assumir também a nossa
437 responsabilidade e fortalecer as equipes técnicas descentralizadas. No meu primeiro dia de
438 secretaria, tinha equipe de cidade de interior de 500km de BH, para pegar informação técnica de
439 utilização de recursos. É errado. Está errado. **ANDRÉ QUINTÃO** – estamos até reclamando da
440 situação: se tivesse bom não teriam perdido a reeleição. Temos que superar isso mesmo. Agora
441 nós vamos superar com planejamento, com respeito, reconhecendo o que foi feito. Mas longe de
442 mim achar que essa reconstrução republicana que começou em 88, nós temos que aproveitar as
443 coisas boas. Mas nós vamos ter que fazer uma “pactuação”, olho no olho. O que está em nosso
444 alcance, o que vai estar ao nosso alcance em 2016, em 2017, em 2018 e 2019, do ponto de vista
445 do PPAG, e buscar essas ações, que diria de curto e médio e curto prazo. E eu tenho colocado
446 ideias para debater. Vou colocar no COGEMAS viu Jaime? Poxa, se temos 178 milhões vamos
447 entender por que. Vou pegar apenas um estudo, balanços, diagnóstico da política dos municípios,
448 e ver que está absolutamente “consensuado”, que é possível gastar que não tem dúvida jurídica,
449 que o Tribunal de Contas pode validar, que o Ministério Público valida. Vamos fazer um Capacita

450 Suas com o conceitual e o operacional. Vamos fazer o Capacita Suas vir para o meio conceitual e
451 operacional. Vamos fazer o Capacita Suas Operacional. São Paulo já liberou recurso para isso em
452 Brasília, para este ano. Vamos discutir com as universidades o conteúdo do Capacita Suas - não
453 adianta discutir a linha entre política e a pessoa não sabe o quanto é complicado para a política
454 pública. Então acho que temos desafio muito grande, muito grande, e enfrentar com coragem
455 algumas questões que foram postergadas, como, por exemplo, a responsabilidade do Estado na
456 chamada proteção social especial. Além dessa capacitação de assessoramento técnico, falamos
457 com a Subsecretária Sinara da capacitação. Nós estamos fazendo de tudo no quadro geral de
458 dificuldades. Conversando com o governador, questão ainda dos concursados, mesmo do pessoal
459 efetivo do interior, das regionais. Em médio prazo vamos dotar as regionais de estrutura melhor.
460 Mas a gente não pode esperar isso para fazer esse mutirão para tentar aliviar, e fazer esse
461 recurso, gastar bem este recurso paralisado. Ver as formas jurídicas da equipe volantes, fazer um
462 mutirão sabe gente, com os municípios, vamos investir nisso. Vamos investir nisso e é possível
463 fazer. Paralelamente, vamos organizar a conferência, paralelamente, vamos fazer esta
464 organização do Estado, paralelamente, vamos conferir e ouvir as prioridades, paralelamente,
465 vamos estudar o modelo de proteção social especial. Paralelamente, vamos fazer a nova
466 “pactuação” de Minas com o Governo Federal. Temos que fazer muita coisa ao mesmo tempo,
467 essa que é verdade, mas sinceramente acredito que vamos dar conta de trabalharmos juntos até
468 com o compromisso que todos nós temos com essa área, que é um compromisso passageiro.
469 Alguém um dia perguntou diante dessa dificuldade, vai fazer conferência Secretário? Eu participei
470 de todas as conferências de Minas Gerais até hoje, e agora que viro secretário não vou fazer?
471 Lógico que vamos. Além de ser uma previsão nacional, a gente apostou nisso e investiu nisso, e
472 não podemos ter este tipo de dúvida. Agora, com muita tranquilidade, vamos discutir, é o que
473 vamos discutir com o COGEMAS, o MP. Olha, o piso mineiro tem um passivo e não tem
474 orçamento. Como é que vamos fazer? Tem que discutir isso. Agora tem município que está com
475 muito dinheiro parado e não está com o piso mineiro atrasado. Tem município que está redondo,
476 que está com o piso mineiro atrasado e sem recurso. O COGEMAS recomenda que a gente
477 priorize pagar o município que está em dia e rodando. O que não faz sentido é município com
478 dinheiro parado - o que tem que fazer é gastar ele. É uma questão de bom senso. Isso pra esta
479 transição. O que eu quero Simone e Volney, é que até na conferência, envolvendo o jurídico, o
480 MP, envolvendo o Tribunal de Contas, envolvendo Brasília. A gente sai da conferência cumprindo
481 uma outra diretoria, que é a transferência regular e automática do piso mineiro de assistência
482 social. E aí a gente vai ter que fazer isso. Vamos ter que fazer uma transição para acertar, que ver
483 o que vamos fazer com o passado, e eu espero que a conferência delibere sobre um formato
484 jurídico sustentado juridicamente, que a gente pode ordenar despesa sem risco, mas que supere
485 a discussão de 4 meses, 6 meses, e ter que envolver o MP. Vou discutir no MP isso, tem um
486 passivo e tem um cenário pra frente. Vamos ver como é que vamos trabalhar com essa situação.
487 Bom gente, acho que teremos bons desafios. Queria dizer que estou muito empenhado, animado
488 com essa possibilidade. Vocês não imaginam o que é para um assistente social, militante da área,
489 que já participou várias vezes com essas pessoas e situações da vida, que já rodou tanto MG e já
490 participou tanto de conferência municipal e estadual, ter essa responsabilidade hoje. Eu sei o
491 tamanho da responsabilidade e falo sempre com a equipe. E sei também a expectativa da nossa
492 equipe. Agora o que eu quero deixar de legado, independente da minha pessoa estar conduzindo,
493 ou não o trabalho à frente da secretaria, porque isso é uma atribuição insubstituível do
494 governador, ele que escolhe a equipe. Mas enquanto estiver lá, todo nosso esforço é de fazer um
495 trabalho que fique, deixar uma secretaria com autoestima, uma secretaria respeitada, uma
496 secretaria que vai ampliando o seu orçamento. Uma secretaria que conquiste dentro do governo
497 uma oportunidade de formular políticas públicas e intersetoriais, uma secretaria que respeite o seu
498 trabalhador, porque a precarização e baixos salários, ela ocorre, também, dentro da secretaria.
499 Então nós temos também um processo interno para construir. Então sei desses desafios, e estou

500 aqui, no momento, no Conselho, sabendo que é um espaço aberto, plural. Não tenho medo do
501 diálogo, do contraditório. O Conselho não pode ser chapa branca. Nós não queremos conselho
502 para ser apêndice do governo e, infelizmente, a gente sabe, vocês melhor do que eu,
503 principalmente os municípios muitas vezes os conselhos hoje, estou vendo o Sávio ali, que
504 trabalha com União de Conselhos. Muitas vezes hoje os conselhos servem a uma validação
505 formal de política pública. Muitas vezes conselheiros governamentais sendo intimidados,
506 retaliados, não são respeitados, as informações não são disponibilizadas. Então a gente quer um
507 conselho estadual de diálogo e atuante de liberdade, para verificar nossas omissões e falhas
508 também, e que também ocorreram porque nós somos seres humanos e com condições e
509 limitações históricas da máquina pública concreta. Acho que vamos começar aqui, nesse novo,
510 nessa nova etapa, um caminho muito interesse e peço ajuda e colaboração de todos, e eu tenho
511 liberdade com vocês, e vou precisar de um “períodozinho” de carência também. Eu tenho que
512 pedir um período de carência, é pra eu respirar e organizar a casa e organizar o time. Vou
513 precisar de um voto de confiança na nossa trajetória. Outro dia até comentei e falei com a Simone:
514 Simone, pra falar da equipe toda, tem pessoas sérias, depois de tanta estrada, tantos anos e
515 experiência; se for nessa linha, avançar agora vai ser difícil. Temos que pedir às pessoas também
516 uma compreensão na arrancada e para que se possa organizar essa questão orçamentária, de
517 recursos humanos e de desafios concretos no âmbito do SUAS. E tenho certeza que vamos
518 conseguir isso com o apoio de vocês, e que Deus nos ilumine muito e nos dê muita saúde e
519 energia para a gente trilhar este caminho. Então que se faça dentro do prazo que o Conselho
520 Nacional ofertar para nós. Que a gente faça uma conferência digna na trajetória de todos vocês
521 na política pública. Muito obrigado e vamos trabalhar. Aplausos. **SIMONE** – quero agradecer muito
522 a presença do nosso secretário André Quintão, e, sinceramente, dizer a ele que não tive muita
523 oportunidade de conversar com meus colegas conselheiros estaduais, mas ontem teve a reunião
524 da mesa diretora do Conselho, que foi uma reunião onde fui muito bem acolhida, quero agradecer
525 aos conselheiros, e quero dizer em nome deles, Secretário, que o senhor será muito bem vindo ao
526 Conselho Estadual, e pelo clima que percebi ontem, o Conselho está muito disposto a que a gente
527 possa, juntos com a Secretaria de Estado, achar um melhor caminho para o SUAS em MG, afinal
528 de contas nós vamos fazer o SUAS UAI. Bem, eu quero deixar nosso Secretário à vontade, se
529 puder ficar conosco, fique à vontade. Se não puder também, com certeza nós o
530 compreenderemos. Sinta-se à vontade. Vou passar a palavra também, por que nos dá a honra da
531 presença a promotora Paola, agradecê-la muito a presença. Já conheço a Paola há muito tempo,
532 tanto nos eventos em MG tanto nos eventos nacionais. Então se a senhora quiser dá uma
533 palavrinha fique à vontade. **PAOLA – MP** – Bom dia a todos, bom dia Secretário André Quintão,
534 bom dia presidente do conselho, na pessoa que cumprimento as demais pessoas aqui integrantes
535 dessa mesa, Simone Albuquerque. Antes de mais nada, quero aproveitar a oportunidade porque é
536 a primeira vez que encontro com o Secretário depois da posse, e também com presidente do
537 Conselho Estadual de MG, a Simone - parabenizá-los pela obtenção dos cargos, já tive a
538 oportunidade de conversar com a Rosilene, mas agora gostaria de parabenizá-las e dizer que o
539 Secretário tem razão - a expectativa que existe em cima desta equipe é muito grande, e conosco
540 no MP não é diferente. E, principalmente, na área que eu considero mais próximo da assistência,
541 que é a área da infância e juventude, de proteção aos direitos humanos. Então é um prazer estar
542 aqui hoje com vocês. O MP, e, mais especialmente, o Centro de Apoio Operacional da Infância e
543 Juventude tem tentado se aproximar da área da assistência social através da participação das
544 reuniões do Conselho Estadual, nas conferências, porque a gente percebe que, hoje, em termos
545 de proteção à criança e aos adolescentes estamos muito próximos da assistência social. Muito
546 dos programas e serviços, que são necessários para a promoção do nosso público específico,
547 estão previstos dentro dessa área. Então, eu quero dizer que, na medida que a gente vai se
548 interessando, entendendo, e vai se tornando militante, com um pouco de vontade de participar e
549 entender, e de se aprofundar neste conhecimento. Então eu quero colocar este grupo de apoio

550 operacional à disposição. Já acompanhamos o Conselho a mais tempo. A Lisiane, que é nossa
551 servidora no MP, e tem participado das reuniões e do COGEMAS, da CIB. Então nossa proposta
552 é continuar desta forma, e também continuar com a SEDESE. Nós já vínhamos fazendo um
553 trabalho de conciliação e de conjunto, para auxiliar e encontrar esse caminho para,
554 principalmente, na área das crianças, para melhor prestação de serviços, e a nossa proposta é
555 que continuemos trabalhando desta forma, trabalhar nessa parceria. E quero colocar hoje,
556 Secretário, o nosso centro de apoio à disposição, que continue conversando e tentando encontrar
557 este caminho, tentando ver as possibilidades do Estado. E cobrando um pouco mais do Estado,
558 porque o MP tem hora que ajuda, mas tem hora que também tem que apertar, e é até uma forma
559 de estimular o poder público a trabalhar. Mas é nesse papel mesmo que nós queremos nos
560 colocar e desejar a todos vocês muito sucesso nesta gestão, nessa nova gestão do Conselho,
561 nesta nova gestão da Secretaria de Estado de Defesa Social, e que realmente o SUAS seja
562 aprimorado melhor implantado fortalecido no nosso Estado como deve ser, como a política deve
563 ser. Obrigada! **SIMONE** – Quero mais uma vez agradecer a diretora da Escola de Serviço Social
564 da PUC MINAS Consolação. **CONSOLACAO PUC Minas**– bom dia a todos e a todas. E foi com
565 muita alegria que nós acolhemos a demanda do Conselho Estadual de Assistência Social para
566 realizar a plenária na nossa casa, que é o local da nossa formação também. Alegria maior ainda
567 reencontrar os colegas assistentes sociais, que se formaram aqui, e todos os conselheiros que
568 participam da construção da política nacional de assistência social. Gostaria de parabenizar, e se
569 me permitem chamar assim amigos e colegas, Secretário e Deputado Estadual, André Quintão, a
570 Sra. Rosilene Rocha e a Sra. Simone Albuquerque, e os demais que compõe a mesa, o Jaime,
571 que já reconheci aqui e já fizemos um trabalho em Governador Valadares e nos reencontramos
572 aqui, e acreditamos que vocês todos conselheiros, juntamente com todos os atores
573 governamentais e da sociedade civil vão inaugurar um novo tempo para a assistência social em
574 Minas Gerais. Fiquei muito ??? e me senti estimulada e motivada, viu André, de ouvir você e de
575 saber das perspectivas de trabalho da Secretaria, e queria dizer que enquanto Departamento de
576 Serviço Social, nós queremos nos colocar à disposição de vocês para participar também desta
577 construção, acho que para aprendermos e possibilitarmos aos nossos alunos este aprendizado, e
578 que conte conosco para o que necessário. O capacita SUAS, esse processo de regionalização,
579 capacitação de conselheiros, Estamos à disposição de vocês. Atualmente, estamos funcionando,
580 e quem formou na minha época era no prédio 13, e agora nós estamos no prédio 47, compondo o
581 Instituto de Ciências Sociais, que acho que nos fortaleceu muito academicamente falando e em
582 termos de infraestrutura também. Então aguardamos a visita de vocês, e desejamos um ótimo
583 trabalho, muito sucesso para os novos gestores, o que pudermos colaborar estamos à disposição.
584 **SIMONE** – Muito obrigado Consolação. Estamos bem com o apoio desta importante instituição de
585 apoio de MG. Eu também quero passar a palavra para o presidente do Colegiado de Gestores
586 Municipais de MG, presidente Jaime, para que ele também possa proferir suas palavras. **JAIME** –
587 bom, aproveitando um pouco a oportunidade, iniciando um pouco a fala, mas primeiro eu to aqui
588 pensando, não acho que é nem Atlético, e nem Cruzeiro, estamos com Real Madri para fazer a
589 política pública do Estado de MG, mas eu tenho certeza que a equipe hoje que está na SEDESE,
590 tanto servidores que são concursados, quanto o time que foi montado, sabe do tamanho dos
591 desafios e, logicamente, todos esses atores e atrizes, que compõem este ambiente, vão saber dar
592 a resposta adequada a nossa política pública. Do ponto de vista do Colegiado de Gestores,
593 cresce em mim cada vez mais a certeza que estamos inaugurando um momento novo e
594 diferenciado, para de fato André, de fato promotora Paola, Rosilene Simone, estarmos mais
595 próximos do município. A fala do Secretário foi muito feliz, e nós temos vários desafios para
596 vencer para além do chavão do lugar comum, é verdade que nós temos um avanço importante no
597 campo conceitual da política pública, e que nem sempre corresponde no avanço da
598 operacionalização na ponta, por diversos e variados motivos. Prefeitos que são gestores maiores,
599 muitas vezes têm dificuldades de compreensão da política pública, que, de forma alguma, a

600 política pública de assistência social vem guerrear com a política da saúde ou da educação. Ela
601 vem complementar, ela vem trazer o poder de articular essas políticas para oferta e entrega de
602 serviço à população, e esse é um dos grandes desafios para você fazer o gestor principal, que é o
603 prefeito e o gestor na ponta, que operamos, que analisamos. Ela tem este poder de articular e
604 poder de estar mais próximo das pessoas, quanto a educação e quanto a saúde. E também ficou
605 é tranquilo que, tenho certeza, que é do entendimento desta equipe, no que se diz respeito do
606 papel do Estado na execução, no controle, no acompanhamento e assessoria técnica aos
607 municípios, tenho convicção que esta equipe tem esse entendimento claro, para que possamos
608 avançar na ponta e isso nos dá a entender que a SEDESE/regionais vão ser fortalecidas, irão ter
609 uma estrutura melhor. Não é uma cobrança é uma esperança em médio prazo. Vamos dar um
610 tempinho Secretário, mas vamos cobrar, assim como cobramos do governo anterior e vamos
611 cobrar do novo Secretário e do novo governo. Pode ter certeza disso, existe uma angústia muito
612 grande dos gestores neste sentido, para que possamos avançar cada vez mais. Existe uma falta
613 de entendimento, mas também existe, vamos dizer assim, vamos deixar como é que está para ver
614 como é que fica. Eu posso, ou não posso usar estes recursos? Será que estou fazendo correto
615 usar estes recursos? O MP não vai me cobrar uma requisição de serviço? Entre aspas não é uma
616 requisição, é uma obrigação fazer, dizer “gestor se você não fizer, você pode sofrer uma pena de
617 ser conduzido coercitivamente sob as penas da lei”. Então tenho certeza que do apontamento
618 para a melhoria da SEDESE regional está muito claro para nós. Em relação aos recursos do piso
619 mineiro, nós travamos uma briga grande, mas também foi uma luta muito serena da nossa parte
620 dos colegiados gestores, e nós tínhamos este entendimento. Chegamos a tentar fazer iniciar este
621 dialogo, para que não se penalizasse os municípios e os gestores, porque é o caminho mais curto,
622 mais fácil pra você dizer não, vocês não estão gastando, vocês tem recurso em conta e baixa a
623 resolução 58, e toma na cabeça dos municípios e cessa o co-financiamento, que é obrigação do
624 Estado. Então saúdo a posição do Secretário e de toda a sua equipe de encontrar uma solução de
625 transição, fazemos uma composição com os municípios, através de um estudo técnico onde
626 possamos detectar, e eu tenho também convicção, e eu saúdo a Lúcia, a nossa gestora, também
627 a Pascoa está com a gente também. Tenho convicção que vamos encontrar este caminho,
628 Secretário, Simone e Rose, para que possamos destravar essa pauta do co-financiamento regular
629 e automático, e, por fim, dizer do nosso compromisso e vamos fazer quinta-feira agora um bom
630 debate entre nossos gestores, dos nossos desafios para este ano, e dos anos vindouros, e dizer
631 que estamos antenados com este desenho que se quer fazer, e iniciamos fazer esta discussão
632 com muita qualidade e responsabilidade. Temos estudos importantes que nos foi negado,
633 precisamos dar vida a este estudo para regionalizar de fato o serviço de proteção social especial,
634 mas que possa garantir o papel decisivo do governo do Estado na oferta e entrega de serviços e
635 na fiscalização, e não onere mais os municípios mineiros, e que de fato possa ser retrato acabado
636 do Governo da União, do Estado e do Município, na oferta dos serviços de qualidade para as
637 pessoas que mais precisam, enfim desejar mais uma vez sucesso, cumprimentar pelos
638 componentes da mesa, desejar sucesso aos conselheiros. Eu falo muito em Valadares que cada
639 vez que o conselho e fortalece o conselho de assistência social forte. Eu quero ser pressionado
640 até o meu limite, precisamos de qualidade na formação, mas também de responsabilidade. Então
641 nesse sentido, tenho certeza que este conselho vai entregar um trabalho de responsabilidade e de
642 parceria. Também trazer tudo que a sociedade civil tem a oferecer, com a sua experiência de
643 tantos anos de serviço na assistência, mas também com a visão dos trabalhadores do SUAS, a
644 visão dos usuários e também fazer com que nós, de fato, possamos dar cada vez mais vida a
645 assistência social do Estado de MG, e que possamos jogar luzes para o Brasil inteiro. E gostaria
646 de desejar um bom trabalho que é o dia inteiro, muito obrigado. **SIMONE** – obrigado Jaime. Vou
647 passar a palavra para a Secretária Adjunta, Rosilene, e depois vou abrir para manifestação de
648 vocês. E com a palavra a Secretária Adjunta Rosilene Rocha. **ROSILENE** – bom dia a todos e a
649 todas. Eu quero cumprimentar o Secretário André, nossa querida presidente do Conselho Simone

650 e os conselheiros Volney e Hermellis. Queria cumprimentar nossa parceira promotora Paola, que
651 vem acompanhando o setor, que acompanhou toda a última conferência de assistência social.
652 Nosso querido Jaime, Secretário Municipal de Valadares e presidente do COGEMAS, nossa
653 professora, se ela assim se permite. Consolação, uma alegria grande de estar nessa casa que
654 nos formou a todos, não só na formação técnica, mas também na formação política. Foi aqui que
655 começamos nossa militância no movimento estudantil, e enfim toda essa trajetória militante que
656 empreendemos aqui todos nós. Quero cumprimentar todos os conselheiros municipais, estaduais,
657 queria cumprimentar de uma maneira muito especial e carinhosa nossa queria secretária
658 executiva do CEAS, que desde o dia que este Conselho foi instalado, é a pessoa que todos
659 passamos, entramos e saímos. Consolação sempre esteve por lá. Não quero só agradecer, mas
660 muito felizes de trabalhar agora mais próximo de vocês. Vou tentar não me alongar muito até
661 porque o Secretário André já fez um bom panorama dos desafios das nossas esperanças, dos
662 nossos desafios e, também, das luzes, que estamos vendo e construindo. Mas eu queria colocar
663 com dois exemplos bem fortes, e dois dos mais graves, na minha opinião, é dos desafios. Dois
664 exemplos que mostram os desafios que estamos enfrentando, mas também mostrar um pouco os
665 caminhos que nesses dois meses nós conseguimos começar a construir e começar a debater, é
666 enfim, começar a formular estratégia de enfrentamento de problemas que temos. Esses
667 problemas e desafios que temos, eles dizem respeito a várias naturezas distintas, tem a ver com a
668 história da assistência social, tem a ver com a priorização da assistência social. Isso não estou
669 falando deste, ou daquele governo, acontece nos três níveis de governo, e alguns desafios
670 conjunturais que tem haver com este momento que estamos vivendo. Então os dois exemplos que
671 eu queria dar. O primeiro é que nós estamos neste momento discutindo um Estado que tem cerca
672 de 10 bilhões de reais em dívida. Nós estamos, neste momento, em Março e o orçamento do
673 Estado não foi aprovado na Assembleia. Estamos fazendo a gestão e o que está previsto na
674 legislação, que é o duodécimo, que é uma manutenção dos serviços sem você ter acesso ao seu
675 orçamento. O André foi muito claro em dizer que o orçamento foi para a assembleia 30% menor.
676 Nós teríamos então 70% dele. Ocorre que dos 70%, 30% são dívidas, que chamamos de DEA,
677 despesas do exercício anterior. Que nós também herdamos. Pra ser muito claro, é como se nós
678 pagássemos 12 parcelas de tudo e todo investimento nós tivemos que pagar 17, 15 parcelas, ou
679 de benefício, ou de serviços, ou de co-financiamento, para colocar isso dentro do orçamento de
680 2015. Nós temos que fazer o orçamento baseado na previsão e arrecadação, que é o que diz a
681 lei. Não posso fazer o orçamento que eu quero, e não posso inventar 30% menos de arrecadação.
682 Então este é o desafio que está posto para o governo. Não é só para a assistência social. Então,
683 é importante que vocês estão no lugar que estamos falando deste momento. Não tem milagre,
684 tem muita luta. Vocês vão ter três nominhos, dois de briga discutindo o governo, debatendo no
685 governo, colocando a importância do setor. O governador tem muita clareza da propriedade do
686 combate à pobreza em Minas, do desenvolvimento social dos setores, do papel da assistência, do
687 papel do combate à pobreza em Minas, muita clareza. Não é atoa que ele formou e deu toda a
688 liberdade do Secretário André de formar a equipe que ele está formando. Mas como diz o Jaime, é
689 uma equipe que depende de muitos outros aspectos. Um deles muito fundamental é a presença e
690 a força que os conselhos terão que ter e sempre tiveram, e terão que ter ainda mais. Por motivos
691 que não vou repetir e todos nós conhecemos e conjunturalmente os desafios que foram
692 apontados pelo secretário André, tem haver com a luta que os conselhos terão que fazer no
693 município, e aí eles tem um papel neste sentido mais forte que os próprios gestores, porque estão
694 de fora do governo para fazer as cobranças necessárias, e digo o mesmo do Conselho Estadual.
695 Mas temos compromisso assumido publicamente. O Secretário André tem falado disso, o
696 Governador tem falado disso e vamos falar aqui - nós seremos a mais verdade e transparente, e
697 vocês terão o melhor de nós, mas só vamos conseguir se de fato mobilizar forças muito maiores,
698 para além do que já viemos mobilizar até agora. Outro exemplo para mostrar onde estamos é que
699 100% do orçamento da assistência social em MG hoje, é do Fundo de Erradicação da Miséria. O

700 governador foi autor da lei, o André foi o relator, foi lá que o André carimbou o recurso do piso
701 mineiro. Só que gradativamente os recursos do tesouro estadual, foram gradativamente sendo
702 retirados do orçamento da assistência. Hoje 100% do orçamento está baseado em um fundo
703 provisório, que tem data para acabar dia 31 deste ano. Então é desta realidade que estamos
704 falando. Estou vendo a cara de espanto: as pessoas não sabem, mas no orçamento foi aprovado
705 na ALMG e no Conselho Estadual. Mas não estou aqui fazendo nenhum tipo de juízo de valor
706 moral, estou dizendo para vocês a gravidade da situação que estamos lidando, e outro diz
707 respeito aos trabalhadores do sistema. A SEDESE tem uma equipe valorosa, a gente sempre
708 disse isso, os trabalhadores da SEDESE lutaram bravamente e a mesma coisa no Conselho, mas
709 nos deparamos com uma situação que nós temos trabalhadores que ganham salário de 75% do
710 salário mínimo, que é uma coisa absolutamente ilegal, estapafúrdia, foi um dos meus maiores
711 espantos, ontem o André falava disso. Nós temos que resolver o problema. Muitos dos nossos
712 trabalhadores tem a situação financeira pior do que os beneficiados dos nossos serviços. Nós
713 temos que resolver este problema. Não é só a sinalização e construção que estamos fazendo
714 para isso. A primeira é o compromisso de inverter a lógica, que a gente sempre disse francamente
715 é na nossa militância, no nosso trabalho. O Estado tem que servir aos municípios, o Estado tem
716 que acompanhar e fazer assessoramento técnico aos municípios, e não dizer que tudo que vai
717 mal é por culpa dos municípios. Nós vamos inverter esta lógica, e para inverter essa lógica, além
718 dos nossos discursos, nós vamos tomar medidas mais estruturais, e medidas mais conjunturais,
719 as medidas mais conjunturais são essas que o secretário André já anunciou. Nós vamos pensar
720 em equipes volantes pra capacitar especialmente sobre finanças e sobre orçamento. Nós vamos
721 procurar a gente já fez isso via Assembleia, cursos para contadores e advogados etc. Nós
722 estamos pensando em fazer equipes volantes para capacitar pessoas que lidam com o recurso na
723 ponta, que não sabem das mudanças política e também enfrentam problema para qual o André,
724 junto com a Ministra Tereza estão construindo outra saída, ou fizerem alteração na maneira como
725 eles recebem a prestação de contas dos municípios, e os contadores e empresas não mudaram,
726 porque não terão que mudar o sistema e isso implica em gastar dinheiro. Também os conselheiros
727 podem ajudar muito, e vocês estão fora do governo e podem falar de um lugar que muitas vezes e
728 muitas vezes os secretários não podem. Os secretários, nós temos muitas incumbências que
729 vamos discutir quinta-feira. Dizer, também, que a mesma expectativa que está sendo dita, aqui ela
730 está sendo colocada pra Minas Gerais no cenário nacional, e não é por causa do nosso PT, não é
731 por causa disso. É porque o Estado assumiu um compromisso de fazer um trabalho no campo do
732 sistema de proteção social muito diferenciado, e como, lamentavelmente, nós não temos hoje
733 nenhum Estado no Brasil que se pode dizer o SUAS funciona. Nós temos vários CREAS no RJ,
734 nós temos o CREAS nas cidades do Mato Grosso do Sul, nós temos um desenho importante no
735 ACRE, mas nós não temos um Estado que diz que o SUAS funciona. E a Ministra Tereza colocou
736 isso com muita clareza: olha, há em nós uma expectativa gigantesca em relação à Minas. Vocês
737 terão todo o apoio do Ministério, mas também nós queremos que em 4 anos, não estejam claro,
738 ninguém vai resolver todos os problemas, nós não vamos dizer aqui que a gente não vai fazer; de
739 nós vocês ouvirão o que nós vamos fazer, nós não vamos resolver todos os problemas, mas nós
740 teremos um sistema único, um SUAS, da maneira como ele está normatizando. Do jeito que ele
741 está pensado e prospectado para os próximos anos, seguindo todas as diretrizes nacionais, nós
742 não vamos sair. Não vamos correr das nossas responsabilidades, não vamos deixar de construir
743 saídas para estes desafios, para isso nós vamos precisar de todos. E vocês, os conselheiros,
744 acho que nem sequer do tanto da potência que vocês têm para nos ajudar nisso. Então, a
745 estratégia que o governador vai implantar. MG tem 10 regiões de planejamento, vai redistribuir em
746 17 para dar coerência econômica, social e cultural dentro do Estado. Nós estamos pensando em
747 fazer uma adequação da SEDESE a essas novas regiões, porque 4 secretarias sustentaram um
748 trabalho de participação social nos fóruns e uma delas é a SEDESE e, ai minha gente, se os
749 conselheiros e os militantes, trabalhadores da assistência não foram para dentro dos fóruns

750 regionais, nos continuaremos lutando pelo setor e pelo orçamento do setor. Mas o que vier dos
751 fóruns regionais terão reflexo no ordenamento institucional do Estado, no planejamento e
752 orçamento, foi o que o André falou aqui, PPAG, LOA, então a nossa força, a nossa potência,
753 nunca passou tanto, como passará agora pelas definições regionais, a cada uma das 17 regiões.
754 Ao ouvirem falar eleição dos representantes do Fórum Mineiro do Triângulo Mineiro, Norte, Sul, ou
755 vale do Rio Doce, ou é Vale do Aço, que serão separados na reforma, Mucuri que serão
756 separados, se vocês não foram pra dentro do fórum da assistência. A nós, não a mim, ao André e
757 a Simone, Jaime, Paola, Volney não. Estou dizendo a nossa força, tem que vir lá, porque estamos
758 buscando a participação social, então tem que vir de lá pra cá, então é assim que vai ser. Queria
759 dizer, por último aqui, à nossa professora, a gente sempre teve um sonho que é de trabalhar mais
760 próximo do querido departamento de assistência social da PUC, então estamos contando com o
761 apoio, das pesquisas, com as críticas que aqui dos nossos colegas, dos professores, da
762 coordenação do departamento, do instituto muito legal, da gente tá fortalecido no Instituto de
763 Ciências Sociais, como vamos precisar e como sempre contamos com as cobranças, parceria
764 críticas do MP, nós queremos que o MP nos cobre de novas coisas, nós queremos responder as
765 que estão colocadas com todos os desafios que já estão colocados, e que o MP nos ajude, e nos
766 cobre, e nos ajude a construir novos desafios, porque temos muita coisa para encaminhar. E as
767 URCMAS, viu Sávio e Volney, são militantes das URCMAS, sempre foram importantes, mas com
768 os fóruns regionais, elas tem um papel preponderante e central. O Conselho Estadual tem que
769 montar, para ontem, uma estratégia de representação em todas as 17 regionais, e pode até ser
770 mais, porque lá de dentro das URCMAS que tem que sair representante para os fóruns, porque é
771 lá ganhadora, pessoalmente, das 17 instalar os fóruns, pra dizer dos compromissos do que for
772 decidido no fórum terá reflexo no que for decidido no planejamento e na lei orçamentaria. Então
773 dizer o seguinte, os desafios são grandes e nós já estamos construindo uma medida do que a
774 gente tem lá. A história de trocar o pneu com o carro andando. Vocês terão uma gestão que
775 sempre lutará, não foi diferente na última, e a gente tem que reconhecer todo o esforço que o
776 pessoal da assistência teve, mas pra colocar esta secretaria no centro estratégico do governo,
777 esta secretaria com ações fundamentais, a assistência social e o trabalho unificando as duas no
778 desenvolvimento social, que é aqui para o qual eu vim e temos o compromisso que estamos aqui
779 refazendo e publicizando junto com vocês, nos ajude com críticas e sugestões porque vamos
780 precisar e muito. Rezem também. Obrigada. **SIMONE** – obrigada Secretária, agora vou abrir para
781 quem quiser se pronunciar e vamos contar com a colaboração do Bruno. O Bruno está com o
782 microfone. Quem quiser falar é só levantar a mão. Pode vir aqui pra frente, gente, quem quiser
783 falar. Nome, cidade. **CÉSAR** – bom dia. Sou Secretário Executivo, conselheiro da assistência
784 social de Rio Pinheiro, e eu vim trazer uma reivindicação e, graças a Deus, estou com a chance
785 de estar com toda a cúpula da assistência social do Estado, que nós precisamos muito da
786 SEDESE no apoio de estar mostrando para o gestor da assistência social como ele gasta o
787 dinheiro do piso mineiro, como ele gasta o dinheiro que vem do MDS, e como ele deve enxergar o
788 Conselho Municipal de Assistência Social. Sou funcionário da Prefeitura, sou secretário executivo
789 e conselheiro, então esses dois últimos anos, nós fomos massacrados no nosso município de
790 sempre ser do contra da política da assistência social, mas conseguimos convencer o gestor
791 municipal e da assistência social que o conselho é amigo, que o conselho é um braço para a
792 política da assistência social. Então venho pedir na figura do nosso super Secretário, acompanho
793 o seu trabalho, estou cheio de livro estudando, vim de Brasília, virei mineiro e estou a 5 anos em
794 Minas, e que vocês possam estar olhando dentro da Secretaria de Assistência Social, como se
795 gasta este dinheiro. Dou um exemplo do meu município, eles guardam dinheiro do MDS, o piso
796 mineiro vocês sabem está parado e o que acontece, a gente não consegue andar - o município
797 está parado, nós tivemos dois anos de CRAS e CRES inchado com muito funcionário, com muita
798 coisa e, de repente, começando o BIÊNIO 2015/2017, sem dinheiro, o dinheiro explodindo nas
799 contas e sem a gente podendo fazer a política. O que eu peço à SEDESE é que ela atente pros

800 gestores da assistência social nesta parte orçamentária. Eu vejo pelo meu município: eu estou
801 fazendo uma briga que é do meu prefeito e do meu secretário de assistência social, meu
802 município tem 49 mil habitantes e nós pecamos por 1000 habitantes por não ser município de
803 médio porte, e é um município de pequeno porte, e se não tiver este aporte, e auxílio da SEDESE,
804 nós também não vamos conseguir trazer de Brasília recurso. Se o município consegue trazer
805 recurso com sustentabilidade, de documento e tudo, nós vamos também ajudar vocês. Então essa
806 é a nossa atenção. Agradeço a oportunidade e muito obrigado até logo. **SIMONE** – ok! Muito
807 obrigada a você. **DILMA** - estou Secretária de Assistência Social do município de Sete Lagoas,
808 mas sou militante do Norte de Minas, então tenho um conhecimento grande dessa área. Quero
809 disponibilizar e falar do exemplo que temos sobre as URCMAS que nós temos em Montes Claros,
810 e queremos dizer que conseguimos levar muitos pedidos, muitas coisas que tínhamos dentro da
811 área em Montes Claros. É interessante que isso volte e torne uma realidade, e fazer com que isso
812 seja um parceiro dentro da área da assistência social. Foi muito bom, porque o município,
813 sozinho, ele não consegue muitas vezes chegar a algum lugar, mas as URCMAS, e dentro dos
814 fóruns que criamos dentro da área de Montes Claros e Janaúba, os fóruns dentro dos nossos
815 consórcios, foi muito interessante na hora de discutir e de conseguir fazer, e se você olhar dentro
816 da área da assistência social, financeiramente, dentro do norte de Minas, eles conseguem passar
817 em miúdos, e dentro da área de Sete Lagoas não conseguimos porque é mais problemático
818 dentro da área. Então, precisa pegar estes exemplos que a gente tem e transforma-los, e ai
819 vamos chegar a fazer este trabalho. Me ponho à disposição neste exemplo que fizemos,
820 pensando nos paradigmas, que a gente tem que quebrar e fazer com que a SEDESE nos atenda
821 como gestores, porque a SEDESE tem que entender que somos gestores, que tem os programas
822 lá dentro e, muitas vezes, nós marcamos reuniões na SEDESE e são desmarcadas de um dia
823 para o outro, e muita vezes não atendendo a gente do jeito que precisa. Independente do grau do
824 gestor que está ai. Então é interessante a gente fazer isso, obrigada. **SIMONE** – Obrigada
825 presidenta Dilma. **MAURO** - Sou conselheiro estadual, e nesse momento fico triste e alegre - fico
826 querendo saber qual dos dois primeiro, quero compartilhar, que sempre no conselho nós trazemos
827 um olhar de cobertura no meio rural, a gente sabe que boa parte fica vinculada ao meio urbano, e
828 nós temos esse diagnóstico que muitas comunidades indígenas, quilombolas, a diversidade que
829 representa o Estado de MG, e a gente não tem essa cobertura e fica por conta das organizações
830 sociais, das associações. Enfim, é uma dinâmica muito bacana, que os novos gestores e
831 conselheiros possam também travar essa luta, para que o usuário da ponta do meio rural possam
832 ter acesso a esta política. E trazer um alerta, não sei a quem, nós conselheiros estaduais fiquei
833 triste porque nós sempre aprovamos, apreciando que o orçamento do piso mineiro era cobertura e
834 obrigação do Estado, e aqui pelo que está dizendo hoje está 100% de repasse federal, que nós
835 possamos o conselho tomar providencia quanto a isso, e fomos enganado todo este tempo
836 dizendo que a gente tinha esse repasse. **SIMONE** – posso só fazer uma correção? Não é que ele
837 está sendo co-financiado com recursos federais, os recursos federais vão direto para os
838 municípios. Ele está sendo co-financiado pelo Fundo de Erradicação da Miséria, que é um fundo
839 transitório criado no âmbito de MG, todos os Estados tem, MG tem também. Mas ele não é um
840 recurso permanente como do tesouro, ele é transitório. **MAURO** – mesmo assim, de qualquer
841 forma possamos tomar o cuidado da gente fazer essa averiguação, porque isso não nos foi
842 repassado. No mais, dizer que desejo boa sorte a todos nós, e que a expectativa nossa possa ser
843 alcançada. Obrigada. **SIMONE** – obrigada conselheiro. **DENISE**- Bom dia! Meu pai a pessoa é
844 pequena demais. Como conselheira Estadual do seguimento de trabalhador, queria dar boas-
845 vindas à equipe técnica. Já disse à Simone no Conselho Estadual que a nossa expectativa de fato
846 é muito grande, e também não vamos ser hipócritas, é porque vocês estão lá. Essa expectativa é
847 por conta disso mesmo, é tem um lugar que é nominal, pela história de vocês e pela história de
848 vocês na política pública desse país, e particularmente no caso do André no Estado, mas dizer o
849 seguinte até pelas questões que a Rose colocou, é a gente assumir a gestão em novembro de

850 2013,. Esta atual gestão do Conselho Estadual. E enfrentamos inúmeros problemas de toda
851 ordem. Para vocês terem ideia, os 6 primeiros meses tínhamos vacância de cadeiras no
852 Conselho, porque não conseguia fazer recomposição. Praticamente os primeiros 6 meses do ano,
853 a gente tinha vacância. São problemas sérios que temos que discutir no campo do controle social.
854 É possível que a gente crie estratégia de fortalecimento deste lugar, e como a Rose muito bem
855 colocou numa fala direta para os conselhos municipais, mas para dentro do conselho estadual, em
856 muitos momentos a gente não conseguiu estabelecer diálogo, estratégia de participação. A última
857 plenária não teve financiamento para a vinda dos conselheiros estaduais para que a plenária
858 pudesse acontecer. Veio quem pode, custeado do próprio bolso. Isso, só assim a plenária pode
859 acontecer e quem não pode financiar não veio. Não tinha recurso. Então assim, é capacitação.
860 Por exemplo, não tivemos nenhum espaço específico de capacitação para dentro do conselho.
861 Tivemos mil problemas, o processo de articulação das URCMAS não foi fácil, tivemos apenas
862 duas reuniões entre conselho e URCMAS na gestão ao longo de um ano, então muitos
863 problemas, queria dizer para a Simone, particularmente chegando como governamental, há uma
864 abertura dos conselheiros para estabelecer esta conversa, sempre houve, quando não aconteceu
865 é que de alguma parte isso não gostaria que isso acontecesse. Particularmente, do ponto de vista
866 de RH, como o André disse não tem política forte se não tiver RH, nós temos uma situação grave
867 no Estado de MG, que foi um número absurdo de contratação via pregão. O conselho teve acesso
868 a vários destes editais, tentou uma intervenção via conselho municipal, mas também não tivemos
869 nenhum tipo de retorno, até que ponto essa estratégia teve retorno. Uma estratégia que a gente
870 pensou, Dra. Paola, foi acionamento do MP local para que esse absurdo pudesse deixar de
871 acontecer: prefeito contratando assistente social e psicólogo, pelo menor preço, pelo menor valor
872 de solicitação de salário. Inclusive estamos com uma denúncia para trazer aqui, na parte da tarde,
873 por conselho estar aberto até o dia 9, podem entregar seus envelopes para contratação de
874 psicólogo e assistente social e monitor social pra CRAS. Então esta é uma situação grave no
875 Estado, e tenho certeza que esta gestão vai enfrentar e o Conselho Estadual também, e nos
876 colocar à disposição de vocês, e dizer que, especialmente nós que formamos a representação do
877 segmento de trabalhadores, facilitaremos este processo de interlocução e através das nossas
878 entidades. Obrigada! **SIMONE** – Próximo. **DILMA** – bom dia e eu quero falar sobre. **SIMONE** –
879 outra Dilma? **DILMA** – meu pedido é sobre, assim, a dificuldade que a gente tem de buscar os
880 conselheiros, principalmente os usuários e sociedade civil. Os trabalhadores participam, mas eles
881 tem um certo receio, porque a maioria são contratados. Então eles não tem segurança, e eu
882 gostaria de SEDESE, ou alguém que não sei quem, orientasse a gente de uma maneira de buscar
883 conselheiros, usuários e da sociedade civil, porque temos grande dificuldade. Obrigada. **SIMONE**
884 – obrigada também nossa presidenta Dilma, outra! Quem é o próximo. **SORAIA** - Bom dia a todos,
885 bom dia a mesa. Sou do Município de Nova Lima, e estou trabalhadora do CRAS no presente
886 momento. Cumprimento minha professora Rosilene, um abraço. Gostaria de dizer uma coisa. Em
887 primeiro lugar, gostaria de parabenizar as colocações do Secretário, Subsecretário-Adjunto e
888 demais componentes da mesa, que estão comprometidos com a gestão da política pública da
889 assistência em MG, por demarcarem esta visão republicana no dia de hoje. Acho importante a
890 gente ter muito claro que o que nós estamos fazendo, o que estamos tratando e o que queremos
891 operacionalizar para realmente enfrentar a pobreza e a situação de extrema pobreza no país e no
892 estado, é ver que nós estamos tratando da coisa pública, coisa de todos, e por isso merece um
893 cuidado especial, e quero recuperar a fala do atual Secretário André Quintão e dizer o seguinte:
894 que o controle social ele é indissociável da construção das políticas públicas, controle social nas
895 demais políticas e em especial na assistência social, e a gente recuperando um pouco a LOAS, a
896 gente sabe que controle social é um dos pilares do SUAS e lá estão as entidades, a gestão, a
897 política em si e o controle social como um dos pilares do SUAS, então é pilar, é algo que funda e
898 algo que faz acontecer, e é nesse sentido que no dia de hoje umas reivindicações que quero
899 fazer. Não podemos pensar que nós somos paladinos. A política de assistência social não dá

900 conta de resolver problema, ela aponta caminhos, ela luta e ela milita, e com o conjunto e
901 participando do conjunto com as principais políticas, ela vai trazendo melhoras para a nossa
902 sociedade. No entanto, na hora de operacionalizar, quando estamos discutindo o dia a dia do
903 nosso município, o bicho tá pegando. As famílias estão apresentando diversas vulnerabilidades,
904 as famílias estão cada vez mais expondo seus problemas, suas situações de risco, e estamos
905 discutindo forma de acompanhar esta situação de risco. E essas demandas que são apresentadas
906 e como enfrenta-las. Então, pra isso, acho que tem um olhar especial para o controle social. Em
907 primeiro lugar, quero destacar a questão das secretarias executivas, e acho que é um grande nó.
908 Estive Secretária Executiva durante algum tempo no Conselho de Nova Lima, e a gente enfrentou
909 muitas dificuldades e limitações de todas as formas, mas à medida que fomos caminhando, vimos
910 que isso acontece em outros municípios, e que tem municípios em MG que tem secretária
911 executiva ele é secretário de 7 políticas e 5 políticas, e aqui o colega tá dizendo 18 políticas.
912 Como que um secretário executivo, um técnico, que vai assessorar articular, e vai ajudar na
913 discussão daquele acompanhamento de uma política tão complexa como a da assistência social,
914 como ele vai trabalhar em 5,6,18 políticas. Então, acho que tem que ter uma apoio à secretarias
915 executivas. Elas não respondem à demanda dos conselhos. A política ampliou, a política
916 aprofundou, mas as secretarias executivas continuam no formato antigo. Quanto às políticas,
917 estamos nos seus primórdios. Ela não dá conta do jeito que está estrutura, e vista ela não dá
918 conta. Inclusive gostaria de pedir ao Conselho Estadual, assessoramento mais efetivo pra
919 secretarias executivas e começar uma discussão para uma capacitação mais efetiva, pois este é
920 um outro problema, qual é o perfil hoje, qual é uma identidade de uma secretaria executiva. Pois
921 estamos saindo de um patamar da burocracia, pra um patamar mais de um processo de trabalho.
922 Quando você assessora um conselheiro, você começa a instituir um processo de trabalho dentro
923 da secretaria executiva, não é apenas no nível de informe, tem nível dimensão sócio educativa, a
924 dimensão da articulação. Então isso tudo tem que ser repensado, não dá para colocar conselhos
925 que funcionem como órgãos autônomos, que discutam a política pública, sem que haja ali
926 técnicos que acionam de fato, que tenham direção clara, que hoje se pretende da política pública
927 de assistência social. Outra questão, que eu queria abordar também, é a descentralização do
928 controle social. Está muito bem colocado a regionalização dos fóruns e da retomada das
929 URCMAS, mas eu gostaria que o Conselho Estadual nos desse, não sei como seria, se seria uma
930 promoção, se seria a partir de conferências, um dinamismo aos conselhos locais, sem um
931 conselho local no território, gente! É viajar na maionese, achar que usuário vai participar. Chamar
932 usuário para participar de pré-conferência e conferência, nós não temos ainda a tecnologia
933 desenvolvida dentro dos CRAS, onde fazemos planejamento com o usuário. Eles ainda não
934 conseguem ter garantidos estes espaços de participação a partir dos territórios, se não
935 conseguimos efetivar isso, como é que queremos a participação de usuário? Então, no município,
936 eu peço o apoio para comissões locais e conselhos locais, e, uma outra coisa, eu gostaria de
937 pedir apoio do Conselho Estadual para a conferência deste ano. O que aconteceu na última
938 conferência. A conferência teve seus eixos e quando convocamos os usuários, e o Volney esteve
939 até na época em Nova Lima e ele ficou admirado quando a gente convocou os usuários para as
940 pré- conferências, gente! É muito complicado as discussões e, ai, surgem das mais diversas
941 possíveis. Eles não estão entendendo o que eles estão fazendo ali. É para tirar diretriz, falando
942 que o usuário está participando, se ele não tem noção da sua própria participação. Então, são
943 estes três aspectos que eu gostaria de destacar e pedir apoio, e parabenizar pela nova gestão.
944 Aplausos. **SIMONE** – quem é o próximo? Falta quantos? 4 e mais o Dr. Carlos Renato. 6 então,
945 ok. Próximo. **SÉRGIO** – sou de São Lourenço, eu sou faço parte do conselho, sou governamental.
946 O que eu gostaria de colocar, até pela gestão nova, acho que competência eles tem e desejamos
947 isso. Mas queria dizer o seguinte: o grande problema que eu senti, neste quase 8 anos que atuo
948 na assistência social, é que o canal de comunicação, tanto a nível de Estado e a nível nacional do
949 MDS, é, principalmente, quando se tratada da questão de recursos, e que toda e qualquer dúvida

950 que você tenta diálogo e você tenta pegar informação, eles respondem na forma de portaria. Você
951 leva uma ideia, pergunta se pode utilizar de tal forma e te retorna na forma de portaria. Se é para
952 portaria, não precisa estar ligando. Quando existe as entrelinhas que você quer fazer de tal forma,
953 não existe este canal. O que eu acho que deveria acontecer, daqui pra frente, é que este canal,
954 daqui pra frente, tivesse, não sei se através da SEDESE, mais próximo, que não houvesse tanta
955 transformação na SEDESE, procurar se tem uma equipe que se relacionasse melhor com os
956 municípios durante toda a administração, é, então, a gente sente muito esta falta e que isso
957 poderia está resolvendo muitos problemas, e que todos que mexem na gestão, talvez a primeira
958 coisa que você aprende é o que você não deveria fazer, é que você está preocupado com a
959 questão da Lei de responsabilidade fiscal, a maioria dos gestores ficam com medo e não tenho
960 responsabilidade, porque não sou o gestor real, faço por conta da gestão. Mas o gestor, esse sim,
961 tem a preocupação de dar um passo em falso e muitas vezes o que se percebe dos municípios.
962 **SÉRGIO** – vem aquela receita de bolo, que se fosse o MDS está aí não precisa, e o que a gente
963 gostaria é que tivesse este dialogo. E a outra preocupação que eu tenho, e que gostaria que
964 fosse, neste momento, mas acho uma preocupação, eu vejo a SUAS trabalho como uma porta de
965 saída, e vejo uma proposta grande que ele está sendo implementado, mas talvez tenha que
966 cobrar quem talvez esteja executando os cursos do PRONATEC, talvez o MDS. Você não
967 consegue, muitas vezes, aquela demanda, que o município precisa nos cursos, o pessoal vem
968 muito com receita de bolo, auxiliar administrativo, RH, e aquilo que às vezes pode gerar renda, e
969 trazer para o trabalhador e tentar incluir a família no núcleo do trabalho, você não consegue,
970 porque muitas vezes fica executando isso e fica muito amarrado. Boa sorte para vocês. **SIMONE**
971 – obrigada, próximo, por favor. **LEONARDO COURI** - Bom dia a todos e a todos e em especial o
972 André e Rosilene, companheiros de luta, e em especial à Simone, a todo o CEAS. Sou
973 conselheiro e servidor de Ribeirão das Neves, e, em primeiro momento, saber que a escolha do
974 povo mineiro foi uma escolha certa, e que com certeza terá muitos frutos não só para a
975 assistência social, mas para o governo do Estado. Teve que fazer duas ponderações, bem breve.
976 Tem outros colegas querendo contribuir. Primeiro, a Rosilene colocou do afastamento,
977 principalmente, do interior com o governo do Estado, especialmente a SEDESE. Eu estou em um
978 município que a gente vê da janela a cidade administrativa, e não temos acesso. E, muitas das
979 vezes, tenho suporte muito maior do MDS. E olha que a gente está à cinco minutos, é divisa de
980 município, literalmente, na zona norte de BH, nasce Ribeirão das Neves, e toda a sua
981 precariedade que hoje faz ser uma das cidades de maior índice de violência e outras questões,
982 que todos já sabem. Então, a gente saber que vai ter a possibilidade de ser recebido, escutado e
983 que o conselho vai ficar cada vez mais parceiro, pra nós conselheiro municipal e pra gestão, já é
984 um grande avanço. E todas as apostas e todas as possibilidades a gente acredita que é para
985 fazer melhor, e outro ponto que é muito importante dessa contribuição de ouvir mais os técnicos e
986 os municípios e o cotidiano do município, mais, infelizmente, tivemos muita visita para
987 monitoramento, mas ao mesmo tempo os próprios técnicos da SEDESE não tinham infraestrutura
988 para além do monitoramento. As experiências, as atividades e ações, e que a gente sabe que
989 acrescenta muito, e que Minas é muito, e Ribeirão das Neves também tem seu espaço para poder
990 contribuir nessa nova empreitada, parabéns, e que possamos construir junto ao CEAS e CNAS, e
991 aos devidos uma outra gestão de ser usuário para Minas Gerais. **SIMONE** - próximo. **ANÁLIA** –
992 sou gestora no município de Campo Belo pelo 4ª mandato consecutivo. É né Rose! André, preciso
993 dividir: quando recebi a notícia que o André seria nosso Secretário, não sabia se ria, ou se
994 chorava. Dizia, gente, André é o nosso Secretário. Por que aquela alegria dele ser nosso
995 secretário e, ao mesmo tempo, quem vai ocupar aquele espaço na Assembleia? Você é nosso
996 interlocutor, nosso pai. Então aquela preocupação e nossa ansiedade, e nós sabemos que você e
997 sua equipe vão saber articular muito bem, nós todos através dos fóruns, este espaço na
998 Assembleia que você cumpre neste mandato maravilhosamente bem. A Rose tinha certeza que
999 ela iria junto, e tenho que dizer que quando o André falou que por todos os espaços que a Rose

1000 ocupou, espaço muito importantes. A Rose foi presidente do COGEMAS. Aquele mandato foi
1001 participativo, com plano de ação, com reunião de diretoria todos os meses. Ela nos convocava, e
1002 fizemos junto com a Rose um mandato excelente. E foi uma época, e fui uma das fundadoras do
1003 COGEMAS, eu tenho 32 anos de assistência social, então o tempo que a Rose esteve na
1004 presidência foi o tempo que os gestores tiveram maior apoio, porque o COGEMAS a gente
1005 agradece você até hoje por isso. Agora Simone eu quero minha fala, é para parabenizar esta
1006 equipe. Conheci a Simone em 2002 quando estive na pasta de Secretária Adjunta da SEDESE, e
1007 eu tô indo para Brasília, aqueles encontros, e a Simone está no aeroporto, e a Simone, em
1008 Brasília, atuante, e eu falava “que gracinha dessa menina”, e a Simone pela PBH ali atuante. Não
1009 tenho palavras para agradecer tudo que você fez de diretora do SUAS pelo Brasil. Sabe, tem uma
1010 oração através do meu coração e quero uma salva de palmas para a Simone, que vai ficar com a
1011 gente. Aplausos. Muito obrigada. **SIMONE** – Aiai, muito obrigada Anália. Obrigada mesmo. Quem
1012 é o próximo, por favor. **MIGUEL** – cidade de Nova União, presidente de associação da sociedade
1013 civil. — e a gente faz parte do conselho e pela associação vem lutando também e a gente
1014 encontra dificuldade pelo poder público, as vezes o que tem poderes, se falta mesmo a
1015 presença deles e a discussões do município. O vereador do município as vezes é convidado para
1016 participar de reunião.(07:50 há muito descaso..... até 12:54 áudio ruim). **SIMONE** – obrigada.
1017 **SÁVIO** – Assistente social, pertencço à secretaria executiva do Conselho Municipal de Belo
1018 Horizonte, e essa secretaria está suporte para a URCMA da grande BH - uma união que já tem 17
1019 anos, e desde muito tempo a gente já vem trocando experiências e não deixa de reunir nem um
1020 mês e Simone, qualquer coisa a experiência da URCMA de BH, estará à disposição, tendo em
1021 vista o que você tem colocado, uma instância que precisa estar desenvolvendo em todo o território
1022 de BH, e justamente a União de Conselhos. Queria parabenizar a equipe que está assumindo a
1023 SEDESE, trabalhei com todos eles, principalmente os três e outros mais que virão a compor a
1024 equipe, e sei o comprometimento do pessoal com a política pública de assistência social. Quem
1025 conhece um pouco sabe, vai ser com certeza todas essas pretensões ditas serão trabalhadas e,
1026 com certeza, vamos obter bastante sucesso em diversos pontos. Não tenho a menor dúvida. E
1027 queria dizer, viu Simone, estamos em estância de Conselho Estadual de Assistência Social, e, o
1028 que não podemos deixar de dizer, você falou de participação, acho que este conselho estadual
1029 com muita possibilidade, ainda mais quando eu vi na apresentação dois representantes dos
1030 quilombolas, isso é importante, se o conselho de MG já está trazendo quilombola, então vamos
1031 reconhecer que houve um esforço na eleição da sociedade civil e do conselho, e dar condição a
1032 este conselho grande possibilidade para isso. Queria lembrar que a participação popular é a
1033 diretriz da política se você imaginar que a política tem três diretrizes, você tratar dessa já é muito
1034 importante, e é uma diretriz que ficou um pouco de lado. Eu costumo entender é conselho
1035 municipal, estadual ou nacional é uma definição bem simples, compatibilidade dos saberes
1036 institucionais, e do saber do trabalho, e do saber do usuário, e do saber da instituição que presta o
1037 serviço. Tem muita gente que acha que tem usuário destacando e fala logo assim, você precisa
1038 fazer serviço social, não é este o saber dele que ele se propõe a colocar ali. Tem haver com
1039 demanda com conhecimento de causa e trilhar ou indicar caminhos interessantíssimos para a
1040 política de assistência social e dar certo. Prestigiar este pilar da participação popular essa diretriz,
1041 na verdade o Brasil seja o único país que compatibiliza a democracia representativa e participativa
1042 ao mesmo tempo. A França não precisa disso, mas o Brasil compatibiliza os dois. E democracia
1043 participativa quer dizer nada mais nada menos que a democracia imposta pelos conselhos. E toda
1044 cidade tem, toda estado tem e BH tem uma taxa de 35 conselhos, agora tem uma coisa também,
1045 só 6 são deliberativos e o nosso, tanto na esfera federal ou estadual, ou deliberativa, a gente tem
1046 que resgatar a característica dos conselhos municipais e estaduais de serem deliberativos, a
1047 gente vê com muita triste da possibilidade dele ser um conselho consultivo apenas, ele é
1048 deliberativo, ele define a política, então é com estes dois propósitos que eu gostaria que sempre
1049 fosse lembrando, a democracia participativa, conselho deliberativo. Acho que vai dá muito certo.

1050 **SIMONE** – obrigado Sávio. **BRUNO** - A última fala para encerrar como já passou do meio dia. Boa
1051 tarde a todos e a todas. Boa tarde à mesa. Meu nome é Bruno, sou advogado da Secretaria de
1052 Desenvolvimento social de Sabará, e conselheiro do CNAS, e uma sugestão que queria passar
1053 tanto para a SEDESE, quanto para o conselho. Como estamos num trabalho da construção de
1054 uma política nova, nós estamos em uma fase que na maioria das cidades acreditou e não teve a
1055 regulamentação do SUAS, e essa regulamentação do SUAS a gente enfrenta um problema, que é
1056 o seguinte: a gente não tem diretrizes, parâmetros, nada que nos norteiam para fazer a coisa, e
1057 então está fazendo a coisa muito solta, e cada cidade faz do jeito que quer e por ai vai. Pra essa
1058 construção se solidificar e ser uma construção boa, de regulamentação, principalmente onde o
1059 executivo e o legislativo estão em pé de guerra, o fato de não ter essa regulamentação e não está
1060 solidificada, então se a SEDESE e o Conselho pudesse contribuir na forma de nortear os
1061 municípios na regulamentação do SUAS, vai facilitar muito essa construção, que eu acredito que
1062 estamos em um momento impar no Estado, e nos próximos 4 anos tem que ser de um
1063 crescimento extraordinário. **SIMONE** – obrigada a você. E eu vou passar por último aqui para o
1064 Carlos Renato. Tem mais um desculpa. Pode falar conselheiro, eu me equivoquei peço desculpas.
1065 **Ronaldo**– Bom dia a todos e todas. Queria cumprimentar a mesa, a senhora secretária, deputado
1066 Estadual André Quintão. Cumprimento os demais membros da mesa. Pra mim foi um prazer muito
1067 grande em ser militante da área de assistência social, representando o Conselho Municipal de
1068 Juiz de Fora, e encontrar essa equipe. Com certeza a cobrança vai ser grande sim, porque a
1069 pressão em cima dos CRACS, nós temos as pessoas que trabalharam na elaboração da política
1070 nacional de assistência social, respaldados pela lei orgânica de assistência social em 93, então
1071 em âmbito nacional, então são as pessoas que detém o conhecimento em âmbito nacional. Eu
1072 tenho dúvida que vamos construir sim, através do FIAS, a consolidação de um sistema único de
1073 assistência social no nosso país. Na verdade, me chama a atenção alguns pontos. Eu fiquei feliz
1074 com a fala do deputado em fortalecimento dos fóruns regionais, um trabalho mais próximo através
1075 das regionais SEDESE, nessa gestão anterior. É minha primeira gestão como conselheiro
1076 estadual estou no segundo ano e foi uma luta árdua para conseguir sustentabilidade das uniões
1077 de conselhos no nosso Estado. Nós temos um Estado de 853 municípios, e jamais poderíamos
1078 consolidar um sistema único e capacitar se não fosse a união de conselho. Eu até poderia por que
1079 a legislação lá. Eu fui presidente da URCMA de Juiz de Fora durante 5 anos, tinha município que
1080 não aceitava tocar, tive a oportunidade de receber a Consolação, presidente do CEAS, na época,
1081 o Geraldo também em discussões com a regionalização de serviços, e fiquei 5 anos. São 89
1082 municípios da regional SEDESE de Juiz de Fora, sem nenhum apoio da regional. E o que eu ouvi
1083 mês anterior, infelizmente não está aqui, não sei se infelizmente, ou felizmente. Não era papel da
1084 regional dar este apoio. Mas eu a convidava para todas as reuniões de conselhos e coloco o que
1085 estava acontecendo em cada um dos municípios, porque é uma das maiores do Estado e, mais
1086 uma vez, fiquei indignado e até teve a preliminar da fala da nossa colega conselheira estadual
1087 Denise, e até manifestei um e-mail no final do ano passado, sou sociedade civil, não venho em
1088 carro oficial, e depois de confirmar minha presença neste Conselho Estadual disseram que tinham
1089 cortado a diária e a passagem. E eu vejo ontem, na prestação de contas, um saldo do IGD de 400
1090 e poucos mil reais. Foi estratégia, não sei, será que é só para enfraquecer este conselho estadual,
1091 porque não devo ser o único. Sou participante, sou militante, além da assistência social, sou da
1092 coordenação de defesa da criança da Zona da Mata, são 143 municípios, sou da coordenação do
1093 fórum de defesa da criança de Juiz de Fora - então sou militante e estou aqui para ter voz. A
1094 gente sabe que a relação conselho gestor, em qualquer instância, ela é tensionada de ambos os
1095 lados, e ela pode ser parceira quando é proposto pelo gestor que pra ser parceiros e ajudar nesta
1096 tarefa árdua. E me deixa indignado quando eu ouço do deputado, salvo engano, que tem um
1097 saldo de 178 milhões do governo federal parado. Gente, isso pra mim é humanamente falta de
1098 gestão. Chamar a responsabilidade para nós conselheiros, até que ponto nós somos atuantes, ou
1099 omissos, em deixar chegar nesta situação, quando, na verdade, temos que separar o poder

1100 discricionário desta gestão com o poder deliberativo do conselho, que seja estadual e municipal, e
1101 nós atuarmos nossas ações e fazer valer, e buscar a consolidação de um sistema único de
1102 assistência social, através das capacitações, e que não seja também só para a SEDESE e para o
1103 conselho então. E eu tenho que estudar, buscar livros para ter paridade em conhecimento, porque
1104 não sou técnico, e não atuo na área e tenho que ter conhecimento de toda a legislação que rege a
1105 assistência social do nosso país. Muito obrigado. **SIMONE** – muito obrigado conselheiro. Agora
1106 então eu passo, peço desculpas para o Celso Renato que é o Tribunal de Contas do Estado,
1107 muito bem vindo e espero que seja só a primeira das muitas vezes que nós vamos contar com
1108 você. Você viu aqui a reivindicação que é pra gente acertar o gasto dos recursos da assistência
1109 social. O Conselho Estadual terá um prazer enorme do diálogo com o Tribunal de Contas do
1110 Estado de MG. Por favor, sintá-se a vontade Celso. **CELSO** – Gostaria antes de tudo dar boas-
1111 vindas, pedir desculpas pelo meu atraso, cumprimentar o trabalho que está sendo feito pelo
1112 André, pela senhora e pelo Volney, e eu queria falar que realmente fiquei satisfeito em ouvir um
1113 pouco de cada sugestão de cada conhecimento compartilharam. O nosso tribunal sabendo da
1114 dificuldade que a secretaria tem em fazer a gestão, porque afinal são 853 municípios no Estado
1115 da Federação, e deva encarar as dificuldades e os desafios que nós temos em MG. Meu nome é
1116 Celso e trabalho no Tribunal de Contas. Sou servidor de carreira, como todos sabe estamos
1117 mudando de gestão, nosso novo presidente é Sebastião Helvécio, é um médico, Um médico de
1118 carreira apaixonado pelo que faz, e foi por ele que estou aqui e pela assessoria da presidência,
1119 para está estreitando o relacionamento do Tribunal de Contas junto com os conselhos. Estou com
1120 a oportunidade de visitar os conselhos sociais, mas quero fazer também os trabalhos no conselho
1121 de saúde e nos relacionados na matéria de direitos humanos. Nós temos a consciência que o
1122 Tribunal de Contas é um pouco ausente, mas estamos querendo reverter este quadro, e vamos
1123 proporcionar uma série de encontro, e vamos começar a trabalhar junto com vocês. O Tribunal de
1124 Contas da União e eu. Estava ouvindo o Miguel se não é engano, eu esqueci o nome de outros
1125 colegas e muitas vezes eles ficam um pouco desorientados, porque afinal não são técnicos, são
1126 cidadãos que realizam essas atividades, porque amam o que fazem. Me surpreende ouvir pessoas
1127 de municípios que ficam a 600km de BH, e muitos de vocês devem ter vindo de carro ônibus e
1128 então, realmente, o trabalho de vocês é notável. Então, para não chegar de mão abanando,
1129 trouxe em torno de 160 apostilas do Tribunal de Contas da União que foi concedido a URB, que é
1130 a União Rui Barbosa, que é órgão colegiado de todos os tribunais de contas do Brasil. Eu cito que
1131 é um movimento nacional, que está sendo norteado pelo TCU de dar mais ciência para vocês.
1132 Percebo que estamos em um momento no Brasil, que precisamos da ajuda de vocês. Eu não
1133 tenho como trazer o material até aqui em cima, pois estou sozinho, só com o motorista, e em torno
1134 de umas 20 caixas, e é uma apostila muito rica e eu creio que pode ajudar vocês. E vou me
1135 despedir antes de tudo e fazer um convite para a mesa e todos vocês: nos dias 6,7 e 8 de maio, o
1136 Tribunal de Contas vai realizar a terceira conferência, e nessa terceira conferência, termos
1137 palestra voltadas para a capacitação de todos os conselheiros do interior de Minas. Isso vai
1138 acontecer, eu que estou à frente, e já tenho e-mail de todos vocês, e logo chegará um convite
1139 para a participação de todos vocês, do Secretário, e dos Conselheiros. Gostaria de agradecer a
1140 participação e a parabenizar o trabalho que estão sendo feitos em cada trabalho e em cada
1141 município, realmente parabéns. Obrigado a vocês. **SIMONE** – Obrigada Celso, agora vou passar a
1142 palavra ao nosso Secretário André Quintão para que possa fazer as considerações e despedir da
1143 gente, por este momento. **ANDRÉ** – ser breve porque o horário avançou. Só fazer alguns
1144 comentários sobre questões que foram levantadas. Primeiro com relação ao papel das regionais,
1145 não há nenhuma dúvida que tem um papel estratégico, que precisamos, inclusive, integrar mais o
1146 papel das regionais e da Secretaria, e das unidades do sistema de trabalho e emprego das
1147 unidades do SINE. Temos que construir uma unidade de ação, temos que discutir este novo
1148 modelo de regionalização e a ideia que este é um debate que estamos fazendo. Tem um
1149 concurso realizado, falta pouco mais de 40 servidores assistentes sociais e psicólogos, a serem

1150 nomeados. Então o governo já está estudando, inclusive outros órgãos e demandas, o
1151 cumprimento da lei de responsabilidade, e ver a convocação desses concursados. São 20
1152 regionais e daria exatamente a dupla por regional. Além da possibilidade que estamos ventando,
1153 e temos carreiras do Estado de servidores efetivos do governo, da gente abrir processo em busca
1154 que hoje estão em BH que se dispõe em trabalhar no interior. A disposição é trabalhar com
1155 recursos efetivo. De pessoa efetivo isso é ideal, até por que não basta ser regional, se estiver lá e
1156 não tiver capacitação, ele pouco vai resolver. E criar condições de trabalho. Não vou entrar em
1157 juízo de valor, porque chegou a este ponto - você tem regional desaparelhada, você tem os
1158 mesmos meios para aqueles servidores que, hoje, já estão sequer fazer este trabalho de
1159 assessoramento técnico. Agora, acho que vamos ter que compatibilizar dois momentos. Esse
1160 trabalho de estruturação das regionais de crescimento gradual de quadros efetivos, ele tem tempo
1161 de maturação. Agora temos desafios que é exatamente agilizar e darmos um salto da
1162 regularização destes saldos, que estão em conta dos vários municípios de Minas, estão até com
1163 recursos que vamos correr atrás. A gente quer que num esforço conjugado a gente possa, com
1164 equipes volantes e itinerantes este ano. Alguns mencionaram o papel dos conselhos municipais é
1165 muito importante, porque vou repetir, tem prefeito que está fazendo superávit, dentro da prefeitura,
1166 guardando este recurso. Tem que ter uma pressão da sociedade civil, não é só a questão técnica
1167 de gestão, então temos que são vários motivos, nós vamos ter que ter a pressão política. E vamos
1168 ter que formular, e já falei isso com a Simone, e qual é a questão. Uma dúvida, eu tenho um
1169 conjunto de dúvidas sobre a utilização dos recursos. O que pode e o que não pode. Isso é o que
1170 dá mais ibope nas reuniões do COGEMAS, todo mundo quer saber - posso fazer isso? - são
1171 dúvidas práticas do cotidiano. Eu considero que, neste momento, vamos ter que fazer um esforço
1172 de indução de gastos, para ter uma orientação mais nociva. Se a gente pegar 853 municípios para
1173 fazer, pode, não pode, vamos ficar dois anos, então quais são as grandes demandas hoje. Vamos
1174 imaginar uma: acessibilidade em CRAS, este é um grande problema - eu fui em um CRAS que
1175 não se tem convivência com pessoa com deficiência, porque a cadeiras de rodas não entra no
1176 banheiro. Tem CRAS que a convivência e o trabalho com o idoso pode levar o idoso para o
1177 sistema de saúde, aquela escadaria imensa pode levar para a secretaria de saúde. Então, por
1178 exemplo, acessibilidade é uma prioridade? É. O CRAS é alugado, é reforma, ou não. Este tipo de
1179 coisa a gente dá uma padronização. Veículo? tem gente que sabe que o IDG pode comprar
1180 veículo. A gente pega aqueles blocos, e, ai, vou no Ministério Público e já marquei com o
1181 conselheiro Sebastião Helvécio do TC, já falou com o Ministério. Vamos querer fazer uma
1182 orientação, todo mundo assinando embaixo, pra quando ele falar, e depois ninguém vir e falar que
1183 o secretário falou, a culpa é dele. Então, eu quero quando a gente falar, pode gastar com isso,
1184 quero que todo mundo assinasse embaixo, pelo menos pro que for fundamental, não tem desculpa
1185 para o prefeito. Contratação de pessoal está na lei. A lei é única - pode fazer, pode contratar
1186 pessoal, então acho que tinha que escolher alguns blocos de gastos relevantes, sem engessar o
1187 município, mas é quase como fosse um cardápio. Ao invés do cara chegar no restaurante e ter 50
1188 opções do que vai comer, e qual o preço. Tem isso aqui que eu posso fazer. Estou precisando de
1189 acessibilidade toca o pau, é assim que faz, e ai a gente pode fazer uma coisa mais efetiva. Bem,
1190 falaram do PRONATEC, profissionalização. Primeiro temos que associar a política de trabalho e
1191 emprego para a assistência. Na própria política do trabalho a questão de intermediação,
1192 qualificação e empregabilidade, às vezes nem dentro da própria política, isso acontece. Às vezes,
1193 você está ofertando emprego e não está dentro da política de trabalho. O mercado de trabalho
1194 está demandando uma coisa e você está fazendo outra. Então nós precisamos, agora na lógica
1195 do PRONATEC, um dos espaços de profissionalização, isso nem sempre acontece. Então a ideia
1196 nossa é ter uma fundação vinculada à secretaria que é a ULTRAMIG. A nossa ideia é fortalecer a
1197 diretoria de qualificação e extensão, para que possamos ter um braço mais flexível para ofertar via
1198 PRONATEC, cursos em regiões onde existe uma demanda ao nosso público alvo, encoberta
1199 pelas instituições mais formais de profissionalização. Então nossa ideia é juntar assistência,

1200 trabalho, qualificação. Nós temos que fazer isso, eles vivem dentro do próprio trabalho da
1201 Secretaria. Outra questão que o Celso falou do Tribunal, já conversei com o Presidente Sebastiao
1202 Helvécio, que é um especialista em política pública, tem inclusive Mestrado e Doutorado. Já
1203 conversei com a Ministra Tereza Campelo, pra gente colocar no Tribunal também com essa visão,
1204 e aproveito para falar de outro assunto que ele mencionou, e gostaria até de pedir a atenção do
1205 Conselho pra isso. Nós temos uma discussão espinhosa, e a maioria deve saber que foi votado
1206 um novo marco regulatório das organizações não governamentais. A Lei está para entrar em vigor
1207 em Julho, e isso vai impactar diretamente a política pública e nossas ações. Então, sexta-feira,
1208 estou visitando o presidente da Assembleia Legislativa, ainda como deputado na candidatura
1209 passada, e desarquivei no primeiro dia antes de me afastar, para a Assembleia realizar um ciclo
1210 de debates sobre este novo marco legal. O conselheiro Sebastiao Helvécio disse que é interesse
1211 fazer este debate. Sugerir no Fórum de Conselhos estaduais, que é o FUNCEAS, também faça
1212 este debate, e isso vai impactar porque muitas das nossas ações ocorrem pelas organizações.
1213 Quero que a gente chegue sem um processo de adaptação, que nos permita promover novas
1214 ações, quiçá promover as continuadas. Acho que isso é um sinal, que é um assunto importante
1215 que a gente quer fazer junto com os outros poderes. É uma outra coisa, e não poderia fugir dela,
1216 até porque sou deputado. Primeiro, Anália, de fato não foi uma decisão fácil, porque a gente fica
1217 meio entre a cruz e a espada. Todo mundo sabe, pelo menos os mais próximos, que a minha
1218 presença na política eleitoral representativa é em nome das políticas sociais, então de repente a
1219 gente tem uma oportunidade, eu como deputado fiz a lei do SUAS. Agora como secretário para
1220 efetivar a lei do SUAS, há uma diferença qualitativa neste momento. Foi dito aqui, esta equipe
1221 implantou a LOAS em BH, e essa equipe coordenou a implantação do SUAS no país, então não
1222 agora é uma implantação estadual. E fiz mais: e não poderia, neste momento que a gente está
1223 vivendo, rejeitar e recusar um convite, e foi um convite pessoal e sob pena de ser cobrado pela
1224 área. Mas, sempre falei, queremos um Secretário da área, queremos um Secretário gestor, de
1225 repente quando a gente é convidado vou ficar na Assembleia. É mais tranquilo, mais cômodo.
1226 Acho que não seria razoável. Inclusive no meu compromisso e essa decisão não foi sozinha. E ai,
1227 muita gente houve este entendimento. E a última coisa, é a fala do Miguel - eu acho Miguel, que é
1228 muito importante, e ampliação de consciência do cidadão e do eleitor. Você tem inteira razão,
1229 acho que a gente não pode generalizar, e ao generalizar a gente despolitiza o debate. E o auxílio
1230 moradia sempre votei contra, nunca peguei então pra mim. Isso, acho que cada eleitor,
1231 independente do candidato que vota, é acompanhar seu departamento, sua ação, e se ele pisar
1232 na bola o eleitor tem depois a condição de refazer a sua opção. E aproveito sua colocação e uma
1233 coisa que você disse muito importante, é por isso que estou buscando muito a Assembleia,
1234 porque sou de lá. É importante envolver os parlamentares na construção dessa política pública
1235 nas regiões. Eu mesmo fui fazer um trabalho, tanto no Congresso Nacional e na Assembleia. É
1236 muito comum a gente discutir emenda para poste, praça, pra festa, porque não pode ter emenda
1237 para CRAS, reforma para CRAS e veículo. Acho que temos que fazer portfólio de emenda
1238 republicana, para equipamento público, para utilidade pública, para o Estado e não é para nada
1239 pessoal - para o deputado, e ampliar o orçamento da assistência social nos municípios em que os
1240 deputados tenham sua base e o seu trabalho. E essa presença, e acho importante e que as vezes
1241 os deputados são para conferências e estarem presentes, e a última conferência fui a 70
1242 municípios, oportunidade boa para servir e ter contato e acho que envolver o poder legislativo. E o
1243 Sávio me ensinou, sabe Sávio, não podemos opor o legislativo aos canais de participação
1244 popular. Temos que praticar a democracia em plenitude, combinando a direta com a
1245 representativa, e eu fico com receio que no Brasil, hoje, há uma tendência de qualquer iniciativa
1246 de participação popular ampliada vai contra o poder legislativo. Não, não acho isso, pelo contrário,
1247 acho que temos que colocar o poder legislativo a serviço dos espaços, e essa fala do Sr. Miguel
1248 foi importante pra gente ver os Vereadores nas Câmaras Municipais, os parlamentares estaduais
1249 e federais para fortalecer o conjunto de políticas públicas estaduais. Queria agradecer Simone, a

1250 toda à mesa, e espero que possamos estar inaugurando uma forma respeitosa de diálogo, e
1251 gostei muito de ouvir as observações e agradecer a confiança expressa, e reiterar que o Conselho
1252 é o espaço do contraditório da cobrança, assim como o MP, e acho que é dessa síntese de
1253 espaços compartilhados, e cada um assumindo os espaços, é que a gente vai buscar construir um
1254 lugar para Minas Gerais. Conto muito com vocês, e espero que a gente possa, nos vários
1255 encontros que teremos, também avançarmos do ponto de visita prático, nas diretrizes e intenções
1256 colocadas. Muito obrigado, bom trabalho para todos vocês. **SIMONE** – Bem, em nome do
1257 Conselho Estadual da Assistência Social de MG, quero agradecer a presença do nosso Secretário
1258 André Quintão, da nossa Secretária adjunta e agradecer a presença de todos, e desfazer a mesa,
1259 e convidar o Breno da Secretária Executiva do Conselho para que ele possa nos orientar no
1260 melhor momento do dia, que é o momento de almoçar. **BRUNO** – Para efeito de organização a
1261 universidade dispõe de alguns restaurantes aqui dentro. Saindo, à direita, a gente tem um
1262 restaurante, perto do prédio 30 virar à direita e descer, e passando pelos prédios tombados, e fora
1263 da universidade desce a rua. Tem uma praça que também tem vários restaurantes. A
1264 universidade tem alguns, mas lá a gente tem um número de opções. **SIMONE** – iremos voltar às
1265 14hs. Obrigada. **SIMONE** – ajudar a achar alternativas, então diante disso, ontem na reunião da
1266 presidência ampliada, nós resolvemos que vamos pautar o assunto do piso mineiro na próxima
1267 plenária do Conselho Estadual, onde, então, poderemos debater mais profundamente, tendo em
1268 vista que muitos conselheiros, e inclusive eu, ainda não tenho conhecimento profundado da
1269 resolução e do diagnóstico desta resolução, e nós vamos enfim conseguir ter um debate mais
1270 aprofundado sobre o assunto. Alguém quer falar alguma coisa? Posso prosseguir? Então está na
1271 pauta da nossa próxima plenária, a outra questão colocada aqui, é com relação... Vou terminar os
1272 informes, e aqui terminado, nós vamos pra composição do GT, nós temos que fazer três, duas
1273 composições e primeiro a composição do GT para apuração de denúncias relativo ao projeto
1274 Hidro agrícola Jequitái, eu sei. E também eu vou chamar então a Rosa, que é funcionária da
1275 secretária executiva do Conselho Estadual, para ela explicar para todos que estão aqui o que é
1276 GT, e o GT que faz apuração de denúncias a este projeto e depois também eu peço a ela que nos
1277 explique sobre a Usina de Bebedouro - é a avaliação do plano de assistência social da barragem
1278 com vistas a licença de instalação de Usina de Minas Unaí. Então, passo a Rosa e agradeço de
1279 antemão. **ROSA** – boa tarde, sou assistente social, técnica da secretaria executiva do CEAS. O
1280 primeiro assunto é a Barragem Hidro Agrícola de Jequitái. É um empreendimento da Ruralminas,
1281 juntamente com a Codevasp, é um empreendimento que tem uso múltiplo, que é para geração de
1282 energia e irrigação na região de Claro de Poções, Francisco Dumont e Jequitái. Este
1283 empreendimento, não sei se os conselheiros conhecem, que o CEAS é o único Conselho estadual
1284 que tem atribuição em lei em acompanhar e aprovar os planos de assistência social para
1285 população atingida em barragens, e essas barragens são para irrigação e abastecimento de água
1286 e pra geração de energia, e esse plano chegou no CEAS em 2012 e foi aprovado em 2013, e no
1287 final do ano passado chegou, pelo movimento de atingidos por barragens, uma série de denúncias
1288 em relação a implantação deste plano de assistência social, e no final do ano o CEAS fez uma
1289 reunião com os representantes desse movimento, que é o movimento de atingidos por barragens,
1290 e publicou uma resolução propondo a criação de um grupo de trabalho para avaliar todo este
1291 processo de denúncia e aspectos, que já foram analisados e houve uma análise e foi separado o
1292 que é da área ambiental e o que era da área social, porque as vezes a denúncia chega no CEAS,
1293 Simone, com aspectos que não é da área social, e sim da ambiental que o CEAS, que a
1294 aprovação do CEAS é um dos requisitos que o empreendimento tem que ter para aprovar junto ao
1295 órgão ambiental a sua licença de instalação, ou operação, ou seja, para a barragem começar a
1296 funcionar, ou gerar energia ou irrigar alguma área. E essa resolução ela dispõe da criação de um
1297 grupo formado por 4 conselheiros, dois da sociedade civil e dois governamentais e um técnico da
1298 secretaria executiva, e a proposta é ir “in loco”, porque a análise técnica já foi feita e foi apontada
1299 a necessidade de visita “in loco” deste 4 conselheiros. (pergunta ao fundo) **SIMONE** – ficou claro

1300 para todo mundo? Alguém tem alguma dúvida? Ok! Tem que ficar um microfone ai embaixo, por
1301 favor.– o que a Hidro Agrícola tem haver com a política? **ROSA** – Vou dar uma geral sobre. Tem
1302 uma Lei no Estado, a 12812, que coloca que o Conselho Estadual ele tem que acompanhar o
1303 PAS para a população que é atingida por barragem. Qualquer barragem que é construída tem
1304 uma população atingida, e essa população, até 1998, ela era acompanhada pela política
1305 ambiental. Essa política ambiental não tinha os técnicos e os instrumentais, para avaliar se aquele
1306 impacto ambiental estava trazendo o quê de prejuízo para aquelas pessoas, para aquelas
1307 famílias, o reassentamento, até então muitos dos casos que temos de histórico de barragem em
1308 outros Estados, é aqui em Minas, barragens mais antigas. Eles pegavam as pessoas que estavam
1309 na beira de um rio era atingido por um alagamento da barragem, e era indenizada, e pronto. Hoje
1310 não, com PAS existe toda uma avaliação técnica da área e prioritária, o reassentamento, nós
1311 acompanhamos que são os impactos diretos, que são na comunidade qual é o nível da população
1312 que chegou uma política de assistência social, de educação, de saúde, isso tudo tem que ter
1313 ações que possam amenizar os impactos na sociedade. Não só para a população propriamente
1314 atingida, mas não só da população indiretamente atingida e da comunidade, tem ações que são
1315 exigidas de capacitação, às vezes uma grande propriedade. Fazendas e propriedades rurais, que
1316 são propriedades de 1ha até 200.000ha e tem pessoas que são atingidas e proprietário é grande,
1317 mas são os trabalhadores que são residentes. Ai existe uma ação a estes trabalhadores, pois eles
1318 têm os mesmos direitos de negociação - o mesmo direito de negociação que o grande
1319 proprietário, tem o pequeno e o médio proprietário, e o trabalhador tem muitos direitos de entrar
1320 nessa negociação. Isso a gente faz na negociação. Tem os casos e a pessoa perdeu o emprego.
1321 Tem que ter um programa de capacitação para a pessoa ser inserida no mercado de trabalho, ou
1322 um acompanhamento dos técnicos das pessoas que eram trabalhador, trabalhava na propriedade
1323 e ganhou 5ha, e por trabalhar e morar na propriedade ele ganha o módulo rural, e que alguns
1324 municípios em Minas Gerais são 5ha, ele ganha 5ha com casa e área para plantar. Como nós da
1325 área da assistência social com aquela pessoa, que era trabalhador, passa a ser dono de um
1326 imóvel, de uma terra, dono da sua própria terra. Existe também uma equipe que é formada por
1327 psicólogo e assistente social, que acompanha esta transformação na sociedade. Por menor que
1328 seja o empreendimento, existe estes impactos dentro da sociedade e sempre o conselho
1329 municipal ele acompanha todos os trabalhos com a gente. Temos o município de Guanhães, que
1330 é mais ou menos onde eles estão, e a exemplo disso, Guanhães foi atingido por 4 pequenas
1331 hidrelétricas e o conselho municipal de Guanhães ele foi muito ativo, ele sempre acompanhava os
1332 relatórios e estava discutindo junto com o CEAS a implantação deste empreendimento, dentro do
1333 município. De barragem. A Lei de Barragem é de 98 só os fatos. **SIMONE** – vamos fazer
1334 inscrições, tem muita gente, se não a gente não ouve o que a pessoa está falando. A senhora
1335 quer fazer mais uma pergunta.
1336 **INTERLOCUTORA – 11:11** – Eu perguntei porque eu já vivenciei isso, quando a COPASA
1337 desapropriou, mais foi em 80 então. **ROSA** – os primeiros empreendimentos que chegaram no
1338 CEAS foi em 2000, e os primeiros que o CEAS foi aprimorando os acompanhamentos dos PAS.
1339 **SIMONE** – olha só, aqui tem uma especificidade de Minas Gerais, que delegou essa função para
1340 o conselho, mesmo história que nós acompanhamos, que por ausência de órgão gestor, os
1341 conselhos acabam assumindo mais uma parte de mérito, de execução direta, parte cartorial dos
1342 conselhos. Mas é delegado! Por um lado, e temos o conselheiro Rodrigo, que estava ontem na
1343 reunião ampliada e a pressão que vive as pessoas que passam por esse processo. Então têm os
1344 dois lados que nós vamos avaliar, e que nós combinamos na reunião ampliada, que nós vamos
1345 avaliar sim se a gente adequa essa função do Conselho Estadual às normativas do SUAS. Eu já
1346 olhei e o Conselho Estadual ele faz isso, e pelo relatório que tive, ontem, faz com muita
1347 competência pela sua secretaria executiva né Rosa? É uma pauta que o conselho tem e que tem
1348 levado, cada vez mais, com competência pelos relato que tem. Tem mais alguma dúvida sobre
1349 este assunto? Então a gente pode compor o GT, como que faz para fazer a composição? Quem

1350 se candidata, dois governamentais e dois sociedade civil? Qual Região? Claro dos Poços e
1351 Francisco Dumont. Conselheira Denise e Adriana Rocha governamental. Já temos uma da
1352 sociedade civil e uma governamental. Geisiane da sociedade civil e só falta um governamental.
1353 José Henrique não? Quem está me chamando? Isabel, então se candidata, Fernanda?
1354 Consolação falou assim. Fala Isabel. Então está composto nosso GT. Obrigada, conselheiros.
1355 **ROSA** – eu queria Simone, somente lembrar os co
1356 nselheiros que se possível, eu sei que é possível, vocês se encontram se hoje ainda pudessem
1357 apontar uma data para irem ao CEAS e marcarem uma data, porque é um lugar mais longe e
1358 vocês vão precisar de mais de dois dias, três dias para estarem lá. **SIMONE** – agora nós vamos,
1359 desculpa. Agora o Bebedouro. **ROSA** – esses processos de barragem depois que passam por
1360 avaliação técnica, eu vou “in loco”, visito as famílias e faço um relatório com parecer técnico e
1361 isso, depois que finalizo, é distribuído para um conselheiro estadual. Já existe uma lista, porque foi
1362 feito um sorteio prévio, todos os conselheiros qual o momento que eles irão receber um processo,
1363 hoje estamos distribuindo o processo da PCH Bebedouro, que é para a Maria da FETAEMG,
1364 então como a Maria não está, o Suplente dela assume o processo e o suplente passa pra ela o
1365 processo, é assim que funciona. Na falta do titular o suplente ele assume a titularidade, então o
1366 Mauro vai passar para a Maria que vai fazer a análise do plano de assistência social da PCH
1367 Bebedouro é em Uraiana de Minas. **SIMONE** – como este aí é governamental, quero saber se tem
1368 conselheiro governamental que se candidata? Maria, já estou confundindo tudo. Então a Maria já
1369 resolveu. Então, da Maria é a Maria mesmo. Agora a indicação governamental para acompanhar o
1370 GT de monitoramento de Candonga, junto com o MP. Vou passar para o Volney que vai explicar
1371 um pouco o que significa isso, e vamos indicar o representante governamental. **VOLNEY** – esse
1372 empreendimento de Candonga é um empreendimento que tem na cidade de Santo Cruz do
1373 Escalvado, próximo à Ponte Nova, foi um dos primeiros empreendimentos aprovados pelo CEAS,
1374 foi um empreendimento que aconteceram muitas dificuldades. Houve muitas tentativas para
1375 acertar, para acordar com a comunidade, e chegou a um determinado momento em que o MP
1376 propôs então a um TAC para resolver todos os problemas. Então este TAC foi assinado com a
1377 comunidade, a prefeitura de Santa Cruz de Escalvado e Rio Doce, que é atingida também. Então,
1378 dentro deste acordo foi designado, então, para que o CEAS pudesse acompanhar o TAC junto ao
1379 MP. Me coloquei à disposição da sociedade civil, e tinha outra conselheira governamental que
1380 estava comigo, que era a Elisa. Ela desligou-se do governo, não é mais trabalhadora
1381 governamental e nós precisamos recompor uma conselheira governamental para compor este
1382 TAC, junto ao MP. As reuniões, elas, estão acontecendo uma vez por mês, em BH mesmo. Não
1383 tivemos reunião nem janeiro e nem fevereiro, e acredito que a próxima reunião acontece em BH
1384 mesmo, junto ao MP, e então nós precisamos de um conselheiro governamental para estar
1385 comigo lá. **ISABELA** - eu me candidato para acompanhar este grupo, porque eu já fazia parte de
1386 outro grupo de monitoramento de Candonga, e então me coloco à disposição. **SIMONE** – então
1387 com essa pauta vencida, eu vou passar para as comissões temáticas para que elas possam
1388 proceder seu relato. A primeira comissão é a Comissão de Política. Está preparada para o relato.
1389 Então, por favor, a conselheira Denise. Vai ajeitar ali. **DENISE** – o primeiro ponto da reunião de
1390 política, a gente se reuniu ontem, foi com relação ao relatório de gestão em relação ao exercício
1391 de 2013, e antes eu gostaria de contextualizar um pouco aqui. Esse relatório importa dizer que a
1392 gente recebeu o relatório de gestão referente ao exercício de 2013 em setembro de 2014. Quer
1393 dizer, já na finalização de exercício de 2014, a comissão teve problemas para se reunir no período
1394 no final do ano. E a secretaria executiva através da técnica Ademira – ela, com muita
1395 competência, fez um trabalho bem interessante dos dados que continha estes dados para os
1396 membros da comissão, via e-mail, e depois de forma física, a gente teve acesso ao documento,
1397 mas, efetivamente, a comissão não conseguiu se reunir enquanto comissão e teve duas reuniões,
1398 e a gente fez um estudo individual do documento e relatório de atividades, mas a gente teve
1399 algumas dificuldades. Primeiro que, assim, o relatório de gestão, primeiro para que a gente possa

1400 fazer o olhar e o estudo e a análise de constatar a execução ou não das atividades apresentadas,
1401 a gente tinha que estar, minimamente, o instrumental do PEA na mão, com o plano de execução
1402 para o ano seguinte, para fins de comparação. Isso foi projetado, foi realizado ou não foi
1403 realizado, e ontem a comissão fez uma análise breve do relatório. É um relatório teórico, que não
1404 apresentava dados quantitativos em termos de gráficos mais um relato de gestão. É bom
1405 esclarecer dois pontos de dúvida que foram pontos apresentados na reunião de dezembro. Se
1406 caberia a esse **CEAS** aprovação, ou não, do relatório de atividades. A NOBSUAS prevê a
1407 apreciação do relatório anual de gestão. Já a nossa lei vê a aprovação do relatório de gestão. O
1408 que essa comissão traz agora para o conselho o indicativo da aprovação, considerando o relato
1409 contido naquele documento do relatório de gestão, porém fazendo algum indicativo para que esse
1410 conselho possa aprovar. Primeiro a possibilidade de indicar o órgão gestor, que relatório do
1411 exercício anterior pudesse ser apresentado ao conselho, pelo menos no primeiro trimestre do ano
1412 seguinte, porque muito dos indicativos que levantamos no relatório de atividades de 2013, alguns
1413 tínhamos conhecimento de que foram realizados, ou adequados, no exercício seguinte de 2014.
1414 Quer dizer, não fazia sentido apontar no exercício de 2013 que antemão já havia sido adequado
1415 no exercício do ano seguinte, exercício de 2014. Que pudesse pelo menos no primeiro trimestre
1416 do ano seguinte para que possamos fazer apontamento de melhoria, ou adequação, e que desses
1417 tempo de ser adequar ao exercício seguinte. Porque está na hora de fazer análise de gestão do
1418 exercício de 2014. O outro é que essa comissão propõe ao Conselho Estadual que a gente se
1419 debruce sobre estudar e analisar metodologias empregadas pelo CNAS, ou por outro CEAS, que
1420 pudéssemos ter acesso ou conhecimento, de que forma é solicitada a apresentação desse
1421 relatório de gestão, para que crie uma facilidade para a comissão trabalhar a análise desse
1422 relatório. Que a gente crie a metodologia de formato de apresentação pelo órgão gestor, para que
1423 tenhamos condição de fazer uma análise concisa, mas baseado em algum tipo de método, porque
1424 não tem método algum. Cada gestão apresenta de forma temática este veio de forma teórica e
1425 descritiva, foi a forma que o gestor apresentou, mas também este conselho não fez um indicativo
1426 de outro método que pudesse facilitar a análise e a avaliação desse conselho. Na Comissão de
1427 Política a gente vai fazer estudo breve. A gente solicitou que a nossa técnica, que nos acompanha
1428 junto com o estagiário, pudesse fazer essa análise junto com o CNAS e a outros conselhos
1429 estaduais, para que a gente pudesse apurar e fazer indicativo de órgão gestor, mas o indicativo
1430 dessa comissão é pela aprovação com essas considerações aqui. Em votação presidente?
1431 **SIMONE** – alguma consideração de algum outro membro da comissão? Ficou claro? Conselheiro
1432 Júlio. **JÚLIO** – a minha dúvida consistem em aprovar com consideração é possível? Aprovar! Com
1433 recomendação. **DENISE** – são indicativos com recomendação. **JÚLIO** – consideração não. Sim!
1434 **DENISE** – inclusive Júlio, foi boa sua pergunta que a conselheira Shirley lembrou aqui. Importa
1435 esclarecer que a cada trimestre quando a gente fazia a prestação de contas dessas atividades,
1436 muitas dessas atividades faziam parte do hall da prestação. Fechamos o ano de 2013 já com a
1437 aprovação. Na verdade tem um descompasso, o relatório de atividades em 2015 e a prestação de
1438 contas já aprovada em 2014. **SIMONE** – em discussão. Bem acho que não tem ninguém que
1439 queria colocar em discussão. Em votação, vamos votar, aqueles que concordam permanecem
1440 como estão, os que não concordam podem se manifestar. Favor, os conselheiros favoráveis ao
1441 relato da Comissão de Política, por favor, levantem seus crachás. Meu crachá sumiu. Os
1442 contrários. Abstenções? Então foi aprovado o relato da comissão de política. Muito obrigada. Tem
1443 mais um ponto. Gente, vamos combinar, esqueci de combinar a regra do jogo, vamos fazer todo
1444 relato da comissão e depois voltamos ponto por ponto. **DENISE** – é só mais um ponto -
1445 recebemos um documento que a é cópia de TAC do MP com os municípios de Morada Novas de
1446 Minas, e Biquinhas, onde o MP, através do TAC, a instituição de colhimento institucional com a
1447 observância e dos requisitos da resolução do CEAS 469/13, que aprova as diretrizes da
1448 institucionalização dos serviços regionalizados, a gente recebeu o ofício da CAU - Centro de Apoio
1449 Operacional - ao MP da Infância e Juventude de MG. A comissão ficou, a princípio, surpresa, e a

1450 gente não tinha conhecimento da situação que chegou a este ponto, para o MP impor prazo para
1451 o serviço, especialmente, serviço dessa natureza, dessa alta complexidade do estrito senso da
1452 palavra especialmente para municípios deste porte. A gente teve baseado na resolução do CEAS,
1453 nós sabemos que está em fase de estudos e novas análises, ficamos extremamente surpresos
1454 com essa informação, particularmente, o município de Morada Nova de Minas já foi alvo de
1455 algumas, e Biquinhas também, informações com problemas graves de gestão com relação a
1456 proteção básica e aí fomos surpreendidas com o TAC, a comissão fez o seguinte
1457 encaminhamento, primeiro dar conhecimento ao conselho da existência desse TAC, dessa
1458 condição, e o segundo encaminhamento oficial a SEDESE ao órgão gestor do Estado com vista a
1459 obter informações se o órgão gestor tem conhecimento dessa prática que por ventura possa está
1460 acontecendo no interior do Estado por parte do MP. Esses foram nossos dois encaminhamentos,
1461 e o terceiro encaminhamento foi que para ser oficiado aos conselhos municipais, e aí teríamos
1462 que ou ir a comissão de apoio dos conselhos municipais, com vista a saber como a comissão qual
1463 conhecimento o que o conselho municipal teria a nos informar com relação a essa dinâmica aqui.
1464 Este TAC foi assinado em 05/12/2014. E a nossa técnica é bom falar a informação que ela coletou
1465 do site do MDS, de que já existe a instituição do acolhimento em Morada Nova de Minas.
1466 **ADELMIRA**- O Município de Morada Nova tem duas instituições de acolhimento só que a gente
1467 não tem informação se algum dele é após essa data ou anterior, por isso a gente precisa
1468 conhecer a realidade dos municípios. **DENISE** – foram esses três encaminhamentos. Primeiro dar
1469 conhecimento dessa situação ao conselho. Acho que é uma situação que merece uma pauta
1470 posterior para que a gente possa discutir. Encaminhamento e indicativo para comissão de normas,
1471 para que se possa oficial os dois conselhos sobre a situação do município, e o terceiro
1472 encaminhamento oficial à **SEDESE** para saber se a **SEDESE** sabe e encaminhando cópia do TAC
1473 já que a gente recebeu também. **SIMONE** – em discussão. Conselheiro Ronaldo. **RONALDO** –
1474 Ronaldo coordenador da comissão de apoio aos conselhos municipais. Me causa estranheza,
1475 porque a resolução fala que o município tem que se aderir, e é o município que se candidata a
1476 isso. E me causa muita estranheza o MP, através de um TAC, ele ter como instrumento desses
1477 processo a resolução e se fazer cumprir quem não se candidatou em relação a totalidade que
1478 trata a resolução do CEAS. **SIMONE** – Conselheiro Volney. **VOLNEY** – esse conselho tem como
1479 órgão gestor a SEDESE e vai encaminhar o TAC. Eu gostaria de que nós estabelecêssemos um
1480 prazo de até 30 dias nesse encaminhamento. **SIMONE** – mais alguém? conselheira Fernanda.
1481 **FERNANDA** – Denise! Eu fiquei um pouco preocupada se o TAC estabelece um prazo para
1482 cumprimento. Porque, geralmente, eles oferecem um item quando tem e qual é a penalidade do
1483 não cumprimento. **DENISE** – aqui traz o prazo de 120 dias a contar da assinatura do TAC. Agora
1484 vamos ver a questão das penalidades, Fernanda. Obriga-se ainda, no prazo de 120 dias, a
1485 elaborar o projeto político e pedagógico para os serviços de acolhimento institucional, podendo
1486 para isso contar com o apoio da SEDESE. **FERNANDA** – a minha preocupação é nesse sentido
1487 se nós encaminharmos antes estaríamos dentro do prazo estabelecido. **SIMONE** – conselheiro
1488 José Henrique. **JOSÉ HENRIQUE** – boa tarde. Eu não estou vendo no encaminhamento a
1489 presença do jurídico da SEDESE. Acho que seria interessante dar notícia, na eventualidade do
1490 jurídico da SEDESE não ter notícia a AGE, a Advocacia Geral do Estado. E outra colocação eu
1491 ouvi na Leitura que a SEDESE poderá a uma determinação da SEDESE ou se quiser. **DENISE** –
1492 podendo ainda se quiser. **JOSÉ HENRIQUE** – Um TAC foi firmado no município com o reflexo à
1493 SEDESE, e com relação ao ofício à SEDESE tem que analisar isso também. A obrigação de fazer
1494 é facultativa a SEDESE, se é imperativa ou impositiva. Seria interessante um e outro
1495 encaminhamento ao Jurídico, e na eventualidade à própria AGE, para auxiliar a respeito da
1496 matéria. **DENISE** – só para efeito da pergunta da Fernanda, estabelecida a multa pessoal e
1497 signatários deste acordo no valor de R\$1000,00 atualizadas pelo IGPM, por dia ao
1498 descumprimento no contido no TAC até o valor máximo de 300 mil reais, sem prejuízo de outras
1499 sanções criminais cabíveis, inclusive criminais e cíveis por atos de improbidade administrativa, a

1500 multa será aplicada ao concomitante que der causa ao que foi pactuado e está pactuado, e
1501 assinado por Dr. Rodrigo Otavio Masieiro - Promotor de Justiça, Prefeito Municipal de Morada
1502 Nova de Minas e Prefeitura Municipal de Biquinha. Documento sem testemunhas. **SIMONE** –
1503 Maria de Pascoal. **MARIA** – eu queria sugerir que este tema fosse abordado com muito carinho,
1504 porque nós sabemos, que acredito, que o conselho sabe, e a SEDESE sabe e o COGEMAS sabe,
1505 que outros municípios já estão nessa situação de TACs. O meu município foi levado a isso e eu
1506 quase arranquei a mão do prefeito quando ele foi assinar. Disse, opa não assina isso não. Não
1507 tem condição disso não. Conversei com o promotor sobre a questão da regionalização, e ele deu
1508 um tempo pra gente. E acredito que teremos que discutir, porque vai vir aqui todos os dias.
1509 **SIMONE** – Lúcia, **LUCIA** – **COGEMAS** – Ano passado já ouvimos vários relatos de municípios
1510 com relação à proteção especial é conversando informalmente do CAO da infância, que
1511 acompanha as reuniões do conselho. Ela disse que os promotores tem autonomia, o CAU ele
1512 pode orientar, que é o centro de apoio operacional, mas ele não pode interferir nas decisões do
1513 promotores nas suas comarcas. Mas como eu acredito que hoje pela manhã, nós presenciamos
1514 aqui o esforço do secretário e da secretária adjunta, em trazer para a mesa toda as instituições
1515 envolvidas nestas questões, acho que é um momento muito oportuno para uma conscientização
1516 dos promotores em seus municípios pequenos, de que muitas vezes essa determinação que eles
1517 estão dando aos municípios para criarem os serviços de atendimento especial, ele vai na
1518 contramão das orientações mais contemporâneas em relação à proteção da criança e do
1519 adolescente. A última opção para a criança tem que ser o abrigo, e abandono não tem borracha
1520 que apaga, e a criança tirada da família ela vivencia concretamente uma situação de abandono.
1521 Acho que é oportuno que a nova direção, o novo comando da SEDESE nesse processo possa
1522 congrega os promotores, das diferentes comarcas e pensar em uma discussão mais ampla,
1523 porque a fim ao cabo, acredito que eles queriam de fato proteger as crianças, mas eles estão
1524 seguindo um caminho a nosso ver equivocado. Então eu sugeriria o encaminhamento à comissão
1525 e pautasse isso, e que haja uma interlocução em parceria com a SEDESE com o MP, para que
1526 estas ações não tenha mais este tipo de encaminhamento, porque vai comprometer todo um
1527 pensar sobre um processo regionalizado, que pode realmente ser efetivo para o Estado de MG.
1528 **SIMONE** – Isabela **ISABELA** – a minha consideração vai mais no sentido de encontro do
1529 encaminhamento de encaminhar à **SEDESE**, porque, de fato, é um processo que já vem sendo
1530 discutido e a minha surpresa é de usar a resolução 466, que lá coloca responsabilidade do Estado
1531 na implantação do serviço regionalizado e não dos municípios de pequeno porte 1 e 2, e deixa
1532 claríssimo a necessidade de continuarmos a conversa com o CAU da Infância e da Juventude,
1533 que tem sido um interlocutor muito interessante e é isso, as promotorias tem autonomia e tomam
1534 decisões, e os gestores se veem pressionados e o TAC já está assinado, e vai ter que ver dentro
1535 da **SEDESE** forma de apoiar. E nesse caso, a gente ver o que a gente pode fazer e incluir este
1536 debate com mais força, e já está presente e pensar muito nisso no plano estadual de
1537 regionalização. Como que a gente vai fazer o apoio, que já estão vivenciando o serviço de
1538 implantado e já estão em fase de implantação. **SIMONE** – Shirley - **SHIRLEY** – no caso aqui, até
1539 comentando um pouco o que José Henrique falou, a discussão da comissão passou um tanto por
1540 essa informação, ser traga para a plenária ela foi levada como ponto de pauta para a Comissão
1541 de Política, e a gente entendeu que ultrapassava as nossas possibilidades de discussões, as
1542 nossas contribuições, e sendo traga para a plenária teria como levantar este debate e ao mesmo
1543 tempo colocar o que a Lúcia disse também. Estabelecer o diálogo. O que a Lúcia estava
1544 entendendo, está havendo uma inversão o que é para ser construído que é o SUAS que é uma
1545 forma de participação de compreender o direito está sendo colocado talvez até como uma
1546 punição, o que no caso talvez seria algo construído junto o órgão gestor que o município e a
1547 SEDESE fica muito na mão da justiça. Onde fica a legislação do SUAS, inverteu totalmente. Não é
1548 isso? Então, nesse sentido, quando a gente colocou que seria informar à SEDESE para ver como
1549 seria feito isso. Como a Isabela colocou, o que fazer com relação a esses municípios, que já está

1550 feito assinado, como também estabelecer meio de contato com o MP? Do que podemos fazer
1551 para essa situação, já que temos a informação de que estes não são os primeiros municípios.
1552 Então, está acontecendo alguma coisa, está havendo uma inversão da política e tem que ser feito
1553 algo rápido. Se não, vai continuar, não é isso? São parceiros importantes nosso que é o MP.
1554 **SIMONE** – me inscrevi aqui. Primeiro é o seguinte, algumas coisas que a Comissão de política
1555 deve analisar. Primeiro, os Conselhos de Assistência Social - eles têm um papel de
1556 regulamentação, o que ele resolve é lei. Não é! Primeira coisa tem que ver se o TAC está de
1557 acordo como que resolve o CEAS, porque esse estiver de acordo nós temos duas alternativas, ou
1558 revoga o que o conselho fez se a gente não tiver concordando, ou a gente diz para o MP que não
1559 foi isso que eu resolvi. Se não foi isso que o CEAS resolveu, o MP não pode mandar nada. Ele
1560 não tem poder regulador, o que ele está fazendo, ele está dizendo “olha município, você tem que
1561 proteger as crianças, você tem obrigação de proteger as crianças se a resolução do CEAS diz que
1562 quem deve garantir proteção especial é o município, ele está fazendo correto”. Nós temos que
1563 analisar isso, porque o MP ele dita a lei quando não tem lei nenhuma, até ano passado não tinha
1564 lei nenhuma desse assunto, como existe muitos assuntos no SUAS que não tem nada é ainda
1565 deliberado, legislado, agora o que está legislado ele não pode legislar e mandar o contrário não. O
1566 papel dele é mandar cumprir e o que está prescrito na lei, não em outro papel. Então, nós, é a
1567 primeira pergunta que eu faço aos membros da resolução: Comparou o TAC à resolução? Se
1568 comparado o TAC com a resolução é a primeira pergunta não sei se respondo no microfone, para
1569 que todos possam perceber a análise que vocês fizeram da resolução, então é, eu imagino e
1570 suponho e sugiro, que o próximo passo é informar ao MP que ele está incorreto, na sua decisão
1571 do ponto de vista da resolução do CEAS. E é bom que nós nos embasemos com bastante
1572 propriedade da deliberação e decisão do Conselho Estadual. Este é o outro caminho. O outro
1573 caminho é o que os conselheiros levantaram aqui. Peraí, nós estamos discutindo o plano estadual
1574 de regionalização, nós podemos solicitar ao MP que ele aguarde um posicionamento do CEAS, se
1575 este for o caso, para aguardar que o conselho se posicione com relação ao plano estadual de
1576 regionalização. Para encaminhar, aqui, acho melhor que a comissão nos esclarece melhor qual foi
1577 a análise que ela fez, e diante da análise que ela fez, qual foi o encaminhamento proposto, peço à
1578 Comissão de Política que ela nós relate melhor aqui para encaminhar melhor. **DENISE** – olha só,
1579 ele se baseia, ele coloca vários considerados tanto da criança e do adolescente e do SUAS e,
1580 especificamente, ao considerando que trata da resolução do CEAS, ele chama o artigo 1º da
1581 resolução do CEAS que diz que artigo 1º aprovar diretrizes para a regionalização dos serviços de
1582 proteção especial de média e alta complexidade no Estado de MG, e ele chama o parágrafo
1583 único, ele diz que o artigo 1º admite a regionalização do serviço regionalizado de proteção social
1584 de média e alta complexidade no âmbito do SUAS no Estado de MG. Correto! Isso mesmo que
1585 está no artigo primeiro. A questão é o teor que ele interpretou o artigo, para colocar na sua
1586 resolução, e um outro, considerando que ele chama a resolução 466, e que considerando, que
1587 regionalizado, é o serviço prestado por mais de um município, ou por município do Estado, nos
1588 termos do retro citado artigo, aí ele faz a interpretação do artigo. Morada Nova de Minas e
1589 Biquinhas preenchem os requisitos enumerados na resolução 466 do CEAS. Então assim,
1590 entendeu essa comissão que a leitura que o Promotor fez da resolução esta equivocada. Não
1591 necessariamente diz que a comissão entende. Agora, Simone, o encaminhamento que a
1592 comissão deu foram estes aqui. Para a comissão refazer este encaminhamento ou é uma nova
1593 reunião, ou este plenário aqui acho que a gente pode refazer os encaminhamentos, acho que
1594 particularmente o segundo encaminhamento que você deu é o mais sensato, uma vez que a
1595 gente vai debucçar. As colegas trouxeram a necessidade de pautar no CEAS a questão que está
1596 acontecendo nos municípios, e ainda que nós tenhamos que priorizar a discussão da questão da
1597 regionalização aqui dentro. Então penso que neste momento, por uma bom senso, talvez a
1598 comissão fazer uma proposta de ofício, retornar para o municípios e para o promotor a suspensão
1599 dos efeitos deste TAC até que esse conselho se manifeste em torno da proposta da

1600 regionalização da proteção social especial no Estado. Este é o meu posicionamento como
1601 coordenadora de comissão, tenho que ouvir os outros membros. Agora, voltando para discutir a
1602 gente tem um mês pela frente, porque o pessoal não consegue se reunir em menos de 30 dias.
1603 **SIMONE** – vamos passar então. Está inscrito o conselheiro José Henrique. **JOSÉ HENRIQUE** –
1604 eu queria, na verdade, dizer aqui que o fato de direito um documento normativo expedido pelo
1605 MP, imputando responsabilidade ao município e às pessoas da administração em face da
1606 inobservância, qualquer manifestação em contrário irá responsabilizar o Administrador Público.
1607 Para desfazer o TAC, é importante que a gente tenha um respaldo de natureza jurídica e não um
1608 achismo sem um fundamento jurídico. Então, em função disso, acho interessante uma vez que a
1609 questão está tomando uma questão institucionalizada, inclusive pelo próprio TAC, com vários
1610 outros municípios sendo objeto desse ajustamento, está tomando uma dimensão. Nós temos 853
1611 municípios e vai tomando uma dimensão maior do que aquilo que efetivamente nós temos em
1612 mãos. É preferível que a gente leve aquele que responde judicialmente e extrajudicialmente, que
1613 é a AGE, no caso, o primeiro momento, ao jurídico da SEDESE de forma contundente e
1614 fundamentada, dando subsídio que o conselho delibere a respeito. Qual é o prazo, 120 dias a
1615 contar de quando? Dezembro, Janeiro, Março é. Na inobservância do TAC, em que pese a
1616 SEDESE poderá, os responsáveis irão responder através da imputação da multa e por
1617 improbidade administrativa, e fase da omissão do Estado naquela matéria. **SIMONE** – conselheiro
1618 Ronaldo. **RONALDO** – dois pontos que me chamam atenção com a comissão de apoio. O
1619 primeiro ponto é com a comissão de apoio - que a comissão de apoio consulte os municípios de
1620 como tem sido conduzido os TACS. Primeiro, entendo que tem que dar apoio e no sentido de que
1621 não assinem os TACS, primeiro acho que está respaldado os primeiros considerando, Denise,
1622 pela Lei do CEAS, mas não está especificado a forma de operacionalização. Ele pega está
1623 acobertado pela resolução e ela vem de forma genérica e ele não se prendeu, porque não se faz
1624 constar da redação da resolução a forma específica de operacionalização e ficou uma brecha pra
1625 que o MP pudesse entrar e cobrar. Entender que deve cobrar deste ou daquele, sem levar em
1626 consideração a intenção da consideração e no caso jurídico seria legis não sei o que eles
1627 entenderam dessa sobre essa resolução. **SIMONE** – bem veja só gente. Acho que nós não temos
1628 que votar outro encaminhamento, um outro encaminhamento. É importante que o Conselho, vou
1629 insistir, que é o órgão que regulamenta e regulamente as suas resoluções, e tem poder normativo,
1630 obedece tanto que o MP se vale dela, ainda bem, porque essa é a nossa luta e o Conselho tem
1631 que se posicionar sim enquanto papel dele. Não estou ai dizendo que outras instâncias não tem
1632 que posicionar, estamos discutindo no âmbito do CEAS e nesse âmbito é importante que o
1633 Conselho se posicione. É isso que a Comissão de Política nos relatou, houve uma interpretação e
1634 o Conselho determinou uma normativa geral. Agora o planejamento desta normativa está em
1635 discussão, que é o plano estadual de regionalização, que a operacionalização da resolução. É
1636 isso que tem que ser esclarecido ao MP, e no diálogo que vem sendo mantido com o MP, porque
1637 os senhores sabem que o MDS e o CNAS, está fazendo um protocolo coordenado pelo Conselho
1638 Nacional do MP, junto com o CNJ e o Conselho Nacional do MP, e no sentido do diálogo deste
1639 assunto é importante do ponto de vista que o conselho se posicione. Eu concordo com a Denise
1640 que a posição da comissão que coloquemos para o MP nosso posicionamento, e diga que nós
1641 estamos discutindo, e avaliar o plano de regionalização que, por enquanto, está no âmbito da SIB
1642 e é importante dizer, porque precisa de pactuar entre os gestores, depois que sair do âmbito da
1643 SIB que vem para o conselho deliberar sobre o assunto. Mais alguma questão, mais alguém?
1644 Denise, devolvo para vocês da Comissão de Política. Vocês querem um tempo para pensar em
1645 alguma coisa? Como que a gente vai encaminhar? **SHIRLEY** - estou achando complicado
1646 Simone, pelo seguinte, e vou colocar uma posição bastante pessoal: o documento ele foi
1647 encaminhado para o Conselho, nós recebemos um informe do CAU através do CAU. Pois é! foi
1648 encaminhado do MP, ou foi o CAO. **CONSOLAÇÃO** – olha só a confusão, o CAU da infância e da
1649 adolescência, por meio da assinatura da Andréa Carelli - promotora de justiça – encaminha. Então

1650 ela que coordena todas as promotorias da criança e do adolescente, encaminha para ter ciência
1651 que o TAC, que foi estabelecido entre os dois municípios pela promotoria local, que é uma sede
1652 de comarca e que fez esse TAC com os dois municípios, respaldados pela resolução do
1653 Conselho. **SHIRLEY** – nesse caso foi um informe, não é isso? É uma solicitação de manifestação.
1654 **CONSOLAÇÃO** – o Conselho toma ciência de matérias de diversas formas, não é isso? Quando
1655 chega essa matéria, a gente distribuiu de acordo com matéria a ser tratada. Aquilo que o conselho
1656 achar que ele deve se manifestar. Se ele tomou ciência de algo que é da competência dele, tem
1657 que se manifestar. Entendeu? Recebeu, diz afeto a ele, tem que se manifestar. É competência do
1658 Conselho fazer isso. **SIMONE** - A democracia é assim mesmo, não tem importância. A conselheira
1659 Shirley tem todo o direito de se pronunciar aqui, viu todos nós. Vamos esclarecer, não tem
1660 problema não, democracia é assim mesmo. Conselheira de Montes Claros, Carla para falar para
1661 nós aqui. **CARLA** – boa tarde. Só para contribuir. Acho que realmente o CEAS tem que se
1662 manifestar e pode ter sido uma estratégia da CAU aqui enviando para o Conselho. Olha, nós
1663 ajude porque os promotores de justiça estão fazendo um trabalho da Promotoria. Os promotores
1664 são independentes, tem a CAU, mas os promotores podem tomar suas decisões às comarcas.
1665 Estou dando ciência ao Conselho, uma vez que vocês podem se manifestar e nós temos a
1666 limitação institucional, e uma outra ponderação em termo dos TAC, só pra gente tomar o cuidado,
1667 porque assim acho que tem que ser avaliado mesmo, dizer que não é possível assinar os TACs é
1668 também brincar, falo do lado de cá que estou. Tem muito promotor de justiça trabalhando mesmo
1669 defendendo o SUAS do que a gestão. Então muitas vezes quando estão propondo o TAC é
1670 porque a situação já vem de muitas negociações. Nós temos, eu acompanho uma gestão e tenho
1671 o TAC como ferramenta. Está sendo negociado, negociado. Temos que ter cuidado e não assinar
1672 nenhum. Não me recordo se é o conselheiro, ele colocou dessa questão que a gente, e também a
1673 Lúcia colocou da questão de orientar que tem muitos TACs, e está virando um enorme número, e
1674 a gente tem que tomar cuidado e agora é conversar com o MP é um caminho. Os procuradores
1675 dos municípios estão ponderados sobre as políticas de assistência, porque assim é fácil. Se
1676 Morada Nova e Biquinhas tivessem procuradores municipais, que conhecem da política, ele tinha
1677 orientado e tinha derrubado os argumentos do município. Então eu também penso que dentro das
1678 prefeituras, que tem procuradores municipais que entendem de algumas áreas, mas não
1679 entendem de política, e muitas vezes a gestão não tem sua orientação jurídica específica e aí
1680 também o município ele fica a mercê da nossa discussão. Tem que fazer as interlocuções com o
1681 judiciário e o MP. Era só uma orientação - o CEAS precisa se posicionar até para contribuir e
1682 ajudar, e mesmo que seja para contribuir e aguardar, tem a questão da regionalização, que é um
1683 tema grande para a SEDESE e avançar e brigar. **SIMONE** – obrigada Carla, conselheiro **JOSÉ**
1684 **HENRIQUE** – nesse sentido que eu também penso. A inobservância de um TAC assinado é a pior
1685 das hipóteses, e para que se verifique essa situação atual, como ela efetivamente está colocada
1686 sob pena do ônus, passar para a própria SEDESE uma vez que o TAC foi firmado com o Estado
1687 de MG, mas sim com a prefeitura, e nele, pelo que eu pude ouvir, é uma faculdade e não obriga a
1688 SEDESE tendo e vista que a situação está tomando a dimensão com mais de 10 municípios, não
1689 sei. É interessante que já insira a AGE para nós orientar em relação a essa situação, e nunca a
1690 orientação do Conselho pode ser no sentido inobservada um TAC, aí não. **SIMONE** – Dilma de
1691 Sete Lagoas e Darci de Pitangui. **DILMA** – a única preocupação, o município já foi pressionado
1692 para assinar um TAC junto com o prefeito nesse de acolhimento, e nós não assinamos, e o que
1693 nós fizemos nós? Procuramos a regionalização junto com a SEDESE, e eu conheço muitos
1694 municípios que assinaram e tem o serviço implantado precariamente, e isso vocês estão falando
1695 aqui nem eles sabem que poderiam estar fazendo essa vistoria dentro. E acho interessante que
1696 isso estão fazendo aqui, tem chegar nos municípios, que estão oferecendo o serviço precário.
1697 Dentro da área da assistência social, muitos e não é poucos que o MP peitou, e teve que assinar
1698 o TAC, e oferecer o serviço e procurar saber quais são os municípios, e lá tem muitos não são
1699 poucos não. É muito mais de 10 é muito mais que isso. **SIMONE** – Darci! **DARCI**– O nosso

1700 município em 2012, nós fizemos e vários municípios devem ter feito aquele aceite da
1701 institucionalização de criança e adolescente. Nós temos um abrigo, apoio e associação de amparo
1702 ao menor, na qual nós temos um TAC. O município de Pitangui são 5 cidades e esse abrigo
1703 contempla todas as cidades do municípios da comarca, e lá todos os prefeitos assinaram, o Juiz
1704 da Infância e da Adolescência com o promotor, na época promotora, um convênio no qual o
1705 município repassa 5580 a título de convênio e mais atualizado, e sentamos e discutimos com a
1706 juíza e chegamos em um denominador comum, que nós passávamos 600 reais por criança
1707 institucionalizada. E hoje Pitangui tem 16 crianças institucionalizadas e nós passamos o convenio
1708 de 5580 e mais 700 reais por criança institucionalizada, e nós fizemos aceite em 2012, na qual o
1709 município recebe através do PAC 1, 5000 reais para 10 crianças e acontece que o Promotor nós
1710 chamou agora e houve um pedido do Prefeito para que nós, dentro da modalidade da
1711 institucionalização de criança e adolescente nós replicamos por família. E fizemos dentro do PAC
1712 1 a família acolhedora, e nós estamos preparando, juntamente com o promotor Dr. Thiago, a
1713 operacionalização da família acolhedora - já regulamos e regulamentamos e fizemos o plano
1714 junto à SEDESE e houve alguns ajustes que foram mandados para o MDS, e ainda não está
1715 totalmente terminado, mas a nível de município já regulamentamos, e já foi regulamentado tanto
1716 pelo conselho, e já mandamos para a câmara um projeto de lei e foi aprovado juntamente com o
1717 MP, com o parecer do MP. E nós temos além desta institucionalização, estamos agora na
1718 implantação da família acolhedora regulamentada no município, e o que estava acontecendo com
1719 a promotora da infância e do adolescente antes de 2012, era TAC acima de TAC, e agora o nosso
1720 Prefeito ele é advogado e procurador do município, já trabalhou no estado e conhecedor como o
1721 conselheiro da fazenda, tem toda a razão, dentro da Comissão de Política tinha que ter um
1722 assessoramento jurídico e toda essa causa de assessoramento de direito. Nós, inclusive,
1723 sugerimos no interior que era até dia 31 a Miriam, que não é mais presidente do COMANDA, e
1724 nós sugerimos a ela que colocasse essas questões pra que a COMANDA pudesse discutir e que
1725 até 31 de março tem que fazer as suas conferências dos direitos da criança e do adolescente, e
1726 este ano tem, mas este é o plano municipal da promoção humana dos direitos da criança e do
1727 adolescente, e também fazer o fortalecimento dos conselhos tutelares já que este ano teremos as
1728 eleições unificadas e passe isso para o setor jurídico, e estamos implantando no município, e
1729 estamos preparando e existe também toda a equipe que para você implantar qualquer serviço,
1730 principalmente dos direitos da criança e do adolescentes, a nossa lei normatizada pelo SUAS na
1731 institucionalização dos direitos da criança e do adolescente dentro da família acolhedora. Hoje
1732 para uma família receber uma criança acolhedora, que seja por dois ou três meses, essa criança
1733 dentro das normativas da lei, essa com certeza a garantia que o município tem de dar a essa
1734 criança a proteção é muito mais que tem na minha própria casa. **SIMONE** - precisa terminar não
1735 pode concluir. **DARCI** – só concluir. Só queríamos contribuir que o nosso município está assim.
1736 **SIMONE** – não só contribuir, mas contribuiu muito. Obrigada. Agora Isabela. **ISABELA** – É eu
1737 queria manifestar no sentido de que o CEAS tem que se manifestar e cabe, sem dúvida nenhuma,
1738 o papel do conselho nisso, e só retomando, não sei se seria o caso da comissão, se debruçar um
1739 pouco mais. A gente está pegando e olhando a resolução e por isso mereça aprofundamento
1740 melhor, e o que a promotoria decidiu lá, não vai de acordo com o que o CEAS deliberou na
1741 resolução 466, e também a discussão do plano de regionalização e o Conselho tem que se
1742 manifestar nisso, e se for necessário fazer a redação certinha do conteúdo deste ofício dos pontos
1743 para esclarecer certo. Além da resolução CEAS, a gente tem resolução CIT, várias normativas
1744 que colocam ai da importância do papel do Estado nisso. O conselho não pode ser omissivo e
1745 estamos com o debate a todo vapor, e é uma chance que temos de dar uma resposta clara para o
1746 Promotoria local que o conselho não pode pactuar com isso, esse é o meu posicionamento.
1747 **SIMONE** – Ramos. **RAMOS** – Em Guanhães foi assinado o pacto desse e está acontecendo o
1748 seguinte problema, o município tá repassando 100mil reais de repasse e não está conseguindo
1749 passar a parte dele. **SIMONE** – Ramos muito obrigada. Isso é importante para nós. Só tem o

1750 conselheiro Ronaldo, depois eu passo pra a comissão, tá gente, para vocês encaminharem.
1751 **RONALDO** – estava dando uma olhada na resolução e a resolução teve sua deliberação em
1752 dezembro de 2013. Pelo que eu vi a resolução o MP se prendeu no artigo 1º parágrafo Único.
1753 Então realmente não é descrito especificamente a operacionalização, é como se ele tivesse no
1754 meu entendimento criando regras que ainda este conselho deliberativo formulador da política da
1755 assistência em âmbito estadual ainda não fez. Nós não temos que ser omissos, e ter sim a nossa
1756 posição e votar um encaminhamento para que o mais rápido possível ele se posicione em cima
1757 disso. Trata no artigo primeiro que é aprovar as diretrizes de serviços regionalizados de proteção
1758 social e especial e média e alta complexidade no âmbito do SUAS no Estado de MG. Parágrafo
1759 único até uma fala do José Henrique, ele trás um pouco para o Estado e ele faz preconizar que
1760 entende-se por serviço regionalizados, aqueles que são prestados conjuntamente pelo Estado e
1761 Municípios, e que a abrangência pode ser até 4 municípios, podendo chegar excepcionalmente a
1762 8 municípios, desde que a soma da população dos municípios não deve superar 160 mil
1763 habitantes e a distância não supere 100km ou 2 horas de deslocamento. É sim uma resolução e
1764 em discussão, em construção, e houve uma fala do próprio secretário no sentido que o MP está
1765 aprofundando e criando regras em cima de artigos que não descreve a forma específica da
1766 operacionalização, e vai cair no que a colega falou da precarização dos atendimentos. Alguns
1767 defendem e muitos não conhecem política e cai na precarização, e quem sofre com isso é o
1768 usuário da assistência social. **SIMONE** – bem, eu só queria esclarecer dois pontos aqui. Primeiro
1769 é como presidente do Conselho Estadual. Eu devo preservar o posicionamento do Conselho,
1770 estamos no âmbito do conselho e a competência do conselho estadual é sobre a política, então
1771 ele deve, do meu ponto de vista, anunciar, ou comunicar o posicionamento do Conselho a todo
1772 mundo, por isso eu defendo que o conselho ele diga qual é o posicionamento dele acerca da
1773 oferta dos serviços de proteção especial de Minas Gerais, e não sob observância ou
1774 inobservância de termos de TAC, isso é posição. O conselho não pode dizer sobre isso, é claro
1775 que o município tem que observar e bem observado, porque se não observar vai pagar multa,
1776 além de responder judicialmente, queria deixar claro. Outras questões é com relação aos TAC na
1777 nossa área e concordo com a posição da vice-presidente do conselho municipal de assistência
1778 social de Montes Claros, eu inclusive no debate da judicialização que nós fizemos no seminário
1779 direito e assistência social, o grande debate foi a diferença pra judicialização na saúde. Na saúde
1780 é pra interesses de mercado, não é! pra interesses compra esse remédio, passe na fila, a nossa
1781 área os promotores olha o que eles fazem. Prefeito proteja a criança, fulano, governo federal,
1782 forneça o benefício de prestação continuada que recebe um pouco mais que um salário mínimo.
1783 Foi isso que a judicialização na assistência social, é exigência do direito, é completamente
1784 diferente do debate da lógica do debate na saúde. Agora quero deixar claro aqui, e agora não
1785 significa ai falo para a comissão que a posição da presidenta, não passe pelos conselheiros, mas
1786 o que estou sentindo Denise, e pode ser que esteja sentindo equivocadamente que talvez a gente
1787 devesse encaminhar uma sugestão encaminhar se o conselho acha se o conselho deve ou não se
1788 posicionar a respeito deste assunto, e porque me parece que tem dúvidas se devemos ou não nos
1789 posicionar, vou passar para vocês só um minutinho. Em se posicionando eu concordo com a
1790 Isabela que nós não devemos nos posicionar assoberbada mente, e acho que vocês fazem um
1791 posicionamento por escrito, a Consolação circula por todos os conselheiros, obrigada. **DENISE** –
1792 a perspicácia da Simone foi muito interessante, porque de fato a comissão neste momento ela tem
1793 um entreve. A comissão não tem em conjunto a deliberação pela comunicação direta do conselho
1794 com relação ao TAC. Se não tem ai eu quero sugerir que a mesa diretora possa colocar em
1795 votação nesse plenário se o conselho deve se posicionar, porque efetivamente tira do lugar menor
1796 que é o da comissão de tomar essa decisão até porque a comissão não tem consenso, alguns
1797 membros entendem que nesse momento o conselho não deve se posicionar, atravessando outras
1798 fases. Então acho que deve encaminhar. **SIMONE** – então gente, olha só vou pedir aos
1799 conselheiros titulares que fiquem com seus crachás na mão e antes disso, vou perguntar aos

1800 conselheiros se todos se acham suficientemente informados para votar. Vamos sim, mas vamos
1801 combinar que quando estiver no processo de votação a gente vai encaminhar a votação.
1802 **SHIRLEY** - Deixa só dá uma parte Só complementando a fala da Denise. É que existe dúvida
1803 sobre a manifestação do conselho, não é sobre a questão da resolução. Está claro e indiscutível,
1804 que realmente, se existe uma interpretação equivocada, não houve uma atribuição por parte do
1805 MP para o conselho. Inclusive até antes de se fazer os destaques. Porque se existe como a
1806 colega citou, se chegou uma TAC e se conseguiu porque não foi comunicado ao conselho
1807 estadual ou a SEDESE por parte do MP. Olha estamos com essa dificuldade com os municípios, o
1808 que o CEAS prevê, não foi feito nada disso. No final foi feito uma TAC e que depois dessa TAC ter
1809 sido feita e foi informado ao conselho, não necessariamente por quem impôs a TAC, então assim,
1810 a minha dúvida nós vamos responder para quem não nos perguntou. **SIMONE** – se vocês querem
1811 discutir mais discutimos mais, Volney quer, gente vamos com calma. **VOLNEY** – antes de você
1812 colocar em votação eu queria que você colocasse as duas propostas. **SIMONE** – Eu estou
1813 entendendo o que me pediu a comissão de política. Aqueles conselheiros. Se o conselho deve ou
1814 não se posicionar em relação ao ofício encaminhado pela comissão de política. É não se
1815 posicionar. Ficou claro. Os conselheiros que acham que o conselho deva se posicionar. Será que
1816 precisa Consola. Podem abaixar. Os que acham que a gente não deve se posicionar, por favor,
1817 levantem o crachá. Só a Shirley. Então vamos encaminhar. E tem uma sugestão Volney que
1818 agora vou encaminhar, feita pra Isabela parece que a comissão de que o texto, a forma que vai se
1819 posicionar e vai passar então para todos os conselheiros e ver se concordam. A secretária
1820 executiva minuta e passa para todos, podem ser? Todos concordam. Muito obrigada à comissão
1821 de política e vamos passar para a comissão de normas. **DENISE** – Desculpa, estou meio. Eu
1822 queria pedir licença à plenária, que na hora da inclusão de pauta eu perdi e não fiz. Eu queria
1823 saber se é possível neste momento fazer a inclusão de uma pauta. Coisa rápida, que tem haver
1824 com a comissão de política. **SIMONE** – se seus colegas conselheiros não se manifestarem
1825 contrário. Eu não vejo nenhum óbice. **DENISE** - na verdade este conselho já tinha tirado a
1826 deliberação de fazer seu posicionamento cada vez que tivéssemos conhecimento de municípios
1827 que tivessem fazendo contratação de RH para assistente social através de pregão. A gente fez
1828 um ofício padrão e temos feito este posicionamento. Então gostaria de solicitar a plenária deste
1829 conselho que a gente pudesse encaminhar essa mesma manifestação ao município de Lima
1830 Duarte, que está aberto pregão para contratação de assistente social, psicólogo e monitor social,
1831 até o dia 9 de março. **SIMONE** – aiai. Vou passar para a comissão de normas. Gente Desculpa,
1832 todos concordam que a gente se manifeste? Volney. **VOLNEY** – gostaria que o conselho oficiasse
1833 o Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais, bem como o conselho regional de
1834 psicologia destes pregões. **SIMONE** – todos concordam favor levantem o crachá. Só os
1835 conselheiros titulares do conselho estadual. A conferência está chegando. **DENISE**– só um
1836 adendo Simone que o conselho estadual de serviço social, o CRESS, está propondo uma ação do
1837 MP da Cidade, ai vai ser uma ação do MP para acionar o MP local. Uma representação. **SIMONE**
1838 – muito bem. Agora acho que vou passar para a comissão de normas do Conselho. **RODRIGO** –
1839 ponto 1 da Comissão de Normas. Associação Pró Saúde de Formiga solicitou a este conselho
1840 como instancia recursal a verificação da sua documentação e da sua preponderância na área de
1841 assistência social. Está associação de Formiga já tinha tentando junto ao conselho municipal local
1842 e teve a sua negativa, e ao mesmo tempo teve sua negativa junto ao MP. Como a preponderância
1843 da associação é na saúde e de educação, estamos com a tratativa de negar este recurso no
1844 conselho estadual é amparado pela resolução do CNAS 14/2014 do ano passado. Esse é o ponto
1845 1 que a gente trás. **SIMONE** – relata todos, depois eu volto ponto por ponto. **RODRIGO** – o ponto
1846 2 é rápido - é sobre as ações prioritárias da comissão de normas e já está em discussão os
1847 estudos pela comissão para o planejamento de 2015. A Consolação pede o devido pedido e
1848 cuidado, para que a gente não colocar muita coisa durante o ano e uma certa confusão para a
1849 conferência. E os conselheiros já estão se preparando para o planejamento, e na próxima reunião

1850 já trazemos esse planejamento da normas. **SIMONE** – tem alguma questão acerca do primeiro
1851 ponto? Vou então pedir à comissão que vocês possam discutir o papel recursal do Conselho
1852 Estadual Rodrigo, porque o conselho ficou discutindo muito tempo, e o papel que havia na
1853 resolução 16, e ele caiu com a resolução 14, e que o conselho municipal tem autonomia para
1854 resolver os problemas no próprio município. O Conselho Estadual não tem competência para
1855 desfazer decisões do conselho municipal. E tem uma decisão do Conselho Nacional de que o
1856 Conselho Municipal tem que criar uma instância recursal no próprio município e isso é um debate
1857 que eu acho que a gente deveria fazer na Comissão de Normas, inclusive com pareceres do
1858 Conselho Nacional da Advocacia Geral da União sobre o assunto, tem uma vasta documentação
1859 para analisar. Parece que eles estão querendo desligar a luz daqui. Essa é uma recomendação
1860 que eu sugiro para a comissão que ela possa discutir. Tem mais alguma questão? No segundo
1861 ponto trazido aqui. É o seguinte, o conselho está fazendo o planejamento das suas atividades e
1862 um alerta que a comissão nos trás que é um alerta importante, pra gente lembrar que este ano
1863 tem conferência. Então, o planejamento prioritário do conselho é a realização da Conferência
1864 Estadual. Vamos votar o relato da comissão. Os conselheiros que concordam com o relato da
1865 comissão de normas, por favor, levantem o crachá. Os contrários? Abstenções? Então está
1866 aprovado, e eu quero agradecer à Comissão de Normas. Quero passar o relato à comissão de
1867 apoio aos conselhos municipais. Ronaldo! **RONALDO** – Não tem nenhum relato para deliberação
1868 de apoio aos conselhos municipais. **SIMONE** – Comissão de Orçamento e Financiamento, quem
1869 é. **ISABELA** – ontem teve apresentação da prestação de contas, mas vou convidar a conselheira
1870 Lúcia para fazer o relato da comissão. Só explicar porque eu sou coordenadora da comissão, mas
1871 eu fiz a apresentação da prestação de contas como **SEDESE**. Então estou passando a palavra
1872 para a Lúcia para fazer o relato, porque não participei da reunião. **LÚCIA** – bem! Então! Nós
1873 recebemos a secretaria executiva do conselho, recebeu na semana passada a prestação de
1874 contas do 4º trimestre. Não foi possível, por questões técnicas, repassar a cópia aos conselheiros
1875 membros da Comissão de Orçamento. Então nós nos reunimos ontem, num período bastante
1876 curto, para análise de uma prestação de contas, mas Lúcia tinha feito um trabalho bastante
1877 cuidadoso e nos foi possível fazer uma análise de vários pontos e levantar as indagações, que
1878 durante a apresentação que a Isabela fez, foram repassados como solicitação de esclarecimentos
1879 e de complementação, dentro da prestação de contas encaminhada. Então, não há da parte da
1880 comissão um encaminhamento de aprovação, nem de rejeição da prestação de contas, porque
1881 não é possível fazer uma aprovação com ressalvas. O que nós encaminhamos de solicitação à
1882 **SEDESE**, nas justificativas apresentadas em relação a cada um dos itens, algumas considerações
1883 tecidas sobre as metas e sobre os valores que foram gastos, não foram da concordância da
1884 comissão, então a gente pediu que a **SEDESE** que acrescente algumas análises, por exemplo,
1885 em relação à resolução da **SEDESE** que justificou o não repasse do piso mineiro, nós
1886 entendemos na Comissão de Orçamento que foi uma estratégia do governo anterior, para que o
1887 repasse financeiro não fosse feito em função da não liberação de cota orçamentária pela **SEPLAG**
1888 à **SEDESE**. Do jeito que está escrito ficou vaga e deixando margem para interpretação de
1889 responsabilização dos municípios de uma má gestão dos recursos repassados, o que nós não
1890 acolhemos e não entendemos como justo e não como fiel aos fatos. Então, nós pedimos que essa
1891 avaliação fosse escrita e revista. E outro aspecto que nós trouxe espanto, é que no orçamento do
1892 Conselho Estadual, hoje, uma execução de apenas 20.37% do que foi previsto. Também pedimos
1893 que fosse elaborado uma justificativa muito clara de quais ações não foram desenvolvidas, porque
1894 como já foi dito no último novembro, não houve plenária, que foi transferida para o início de
1895 dezembro, e que a gente sabe que foi por carência de recursos, e em dezembro não foi possível
1896 pagar as diárias dos conselheiros. Então houve o esvaziamento da plenária em dezembro, porque
1897 os conselheiros ficaram condicionados ao custeio das suas próprias despesas, e isso esvaziou a
1898 reunião. E, mais uma vez, a gente quer que fique bem registrado que as decisões que impedirem,
1899 ou que dificultaram a execução do orçamento por parte do conselho, não tem haver com as

1900 deliberações do conselho e não tem haver com as demandas da Secretária Executiva, mas por
1901 decisões políticas da gestão anterior, quando da liberação de cotas orçamentarias para a
1902 realização para o empenho das despesas. Acho que os dois pontos mais de conhecimento geral
1903 foram esses dois. Porém, nós tivemos também uma deliberação do Conselho Estadual, acerca da
1904 emenda parlamentar apresentada pelo Deputado André Quintão, que era no valor de 1,6 milhão, e
1905 a deliberação do conselho é que estes valores sejam encaminhados para municípios de porte 1 e
1906 2, que deveriam contar com o valor de 4mil reais para além do piso mineiro, para que fosse
1907 garantido uma referência técnica para a proteção estadual, enquanto o Conselho Estadual junto
1908 com a **SEDESE** encaminhariam uma proposta para a regionalização. E isso não foi executado e
1909 não constava também na justificativa na prestação de contas. a Isabela nós explicou ontem que
1910 mais uma vez não houve liberação orçamentária por parte da **SEPLAG**, para que essa
1911 deliberação fosse implementada. Nós entendemos como muito sério, considerando que foi uma
1912 deliberação do conselho em relação a uma emenda parlamentar. De forma geral, como informado
1913 pela conselheira, não aconteceram liberações de emendas parlamentares ao final de 2014. O que
1914 mais? Isso e o constrangimento de concluir que nós tínhamos e temos alguns saldos financeiros,
1915 e ações não foram executadas por não liberação orçamentaria. Em tese é isso. **ISABELA** – dois
1916 esclarecimentos rápidos, porque é gravada a plenária. Só que em relação a parte da avaliação, e
1917 isso já conversou ontem, só complementando o que a Lúcia disse. Em relação a parte da
1918 avaliação e dos resultados, não é a **SEDESE** que elabora, então a comissão pediu para
1919 acrescentar a justificativa pela baixa execução orçamentária da ação do **CEAS**, e isso claro que
1920 estamos de acordo e pedir para a Lúcia Comissão, e ver junto com a secretaria executiva quem
1921 faz, porque é relativa ao conselho. Em relação à resolução 58, a gente discutiu sobre os motivos e
1922 qual foi a análise feita no momento, e vamos fazer uma descrição mais aprofundada como foi
1923 solicitada pela comissão, e com relação às emendas parlamentares, acrescentar que a emenda é
1924 da Comissão de Participação Popular, que é presidida pelo deputado André Quintão. Foi uma
1925 emenda pessoal dele como deputado. Individual. **SIMONE** – em discussão. **MILA** – a autorização
1926 para utilização de emendas parlamentares ela sai da **SEDESE**, e não da **SEPLAG**. **SIMONE** –
1927 mais alguma questão? **Ronaldo**– Por ter sido essa discussão de forma mais, mas a comissão já
1928 apresentou esses pontos, e é só tentar agregar que nessas explicações da prestação de contas
1929 ela vem de forma específica, assim como o **IGD SUAS** houve um saldo R\$441.317,00 em gastos
1930 em gasolinas que a Lúcia já colocou, e, enfim, trazer todos os pontos, até a baixa execução.
1931 Realmente foi muito baixa a execução, e não houve foi justificativa ainda para essa baixa
1932 execução da prestação de contas do **CEAS**. **JÚLIO** – também faço parte da Comissão de
1933 Orçamento. A colocação da Lúcia foi o que foi discutido, e depois das comissões juntas. Mas,
1934 mesmo assim, deixo aqui enquanto controle social, uma questão justificativa tem mesmo pela má
1935 execução, mas isso não quer dizer que esteja correto. A não execução é que a gente tem que
1936 avaliar. O piso mineiro foi repassado, não foi? O fundo de assistência social. Os gastos com o
1937 CEAS, ele aconteceu, não aconteceu? Justificativas teremos, mas o fato aponta não aconteceu a
1938 execução dos serviços. Mas vai muito além das justificativas, votarmos a prestação de contas,
1939 mas sim a execução dela em si. O ponto final ela chegou. Os conselheiros pode levar a plenária,
1940 não pode? **SIMONE** – mais alguém? Então vou colocar em votação o relato da comissão.
1941 Desculpa, porque todo o relato a gente votava. Muito bom. Então nós terminamos aqui o relato
1942 das comissões. Eu vou informar que acerca da Conferencia Nacional, nós combinamos hoje de
1943 fazermos, tem o calendário do CEAS. Tínhamos combinado de fazer o chamamento da
1944 conferência estadual hoje. E aconteceram duas coisas, assim o tumulto da reunião, nós
1945 esquecemos de convocar, e fizemos um esforço jurídico para que o ato tivesse pronto, mas até
1946 acertamos os termos e encaminhamentos na SEDESE, mas não conseguimos publicar hoje. Não
1947 tem problema, nós vamos convocar e publicar no Diário Oficial, e sintam-se convocados para a
1948 Conferência Estadual, que será em outubro. O tema colocado pela Conferência Nacional é
1949 implantar o SUAS de vez, de 2016 a 2026, consolidar o SUAS de vez rumo a 2026. Qual que é o

1950 objetivo do debate da conferência este ano? É a NOB SUAS 2012. Ela coloca o planejamento
 1951 como novo modelo de organização do SUAS, e coloca ,também, que como um plano decenal ele
 1952 termina este ano que já conclui 3 PPAs. Foi um plano extremamente importante para ampliar a
 1953 implantação do SUAS, hoje tem CRAS em todos os municípios. A oferta da proteção especial em
 1954 municípios acima de 20mil habitantes, agora já temos uma proposta para os municípios abaixo de
 1955 20 mil habitantes, e o plano decenal ele deu um rumo para o SUAS. Ele termina agora e a ideia
 1956 do Conselho Nacional que a gente possa fazer novamente um plano de 2016 a 2026. Esse é o
 1957 objetivo da Conferência deste ano. O CNAS não tem orientação para os conselhos, mas nós já
 1958 estamos orientando que os secretários municipais convoquem as Conferências Municipais, tendo
 1959 em vista que a Conferência Estadual já foi convocada, e que nós também já estamos convocando.
 1960 Em breve publicaremos a convocação no Diário Oficial do Estado. Então este é um ano
 1961 importante, onde vamos refletir muito sobre a organização do SUAS nos municípios, no estado e
 1962 no governo federal, e pensar seus desafios para mais 10 anos. Alguns conselheiros quer falar
 1963 acerca do assunto? Então nós vamos passar para a votação do calendário do CEAS. Volney.
 1964 **VOLNEY** – bom, todos os conselheiros já receberam o calendário das plenárias do CEAS para
 1965 2015, e a próxima plenária será no dia 26 e 27 de março. Abril 16 e 17, maio 14 e 15, junho 18 e
 1966 19, julho 16 e 17, agosto 20 e 21, setembro 17 e 18, outubro 15 e 16, novembro 19 e 20 e
 1967 dezembro 17 e 18. Podemos considerar aprovado esse calendário? Então está aprovado o
 1968 calendário para as plenárias do conselho para o ano de 2015. **SIMONE** – já está aprovado, né
 1969 gente? Então, nós terminamos a nossa pauta. Quero agradecer muito a presença de todos vocês
 1970 aqui, agradecer aos Conselheiros titulares, suplentes e aos Conselheiros municipais, aos
 1971 Secretários municipais presentes, e venham todo mês para a acompanhar a reunião do Conselho
 1972 Estadual. Será uma honra e um prazer recebê-los. Muito obrigado.

NOME	ENTIDADE/ ORGÃO	ASSINATURA
Adriana Rocha	SARF/SEAPA	
Adriane Cristina D.R. Rosa	CRED 3/MG	
Angélica de Moura Pires	SEE/MG	
Denise de Cassia Cunha	CRESS 6º REG.	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Fernanda R. Maia Mendes	SES/MG	
Gesiane Lima Soares	CARITAS/MG	
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS SÃO FRANCISCO DE PAULA	
Isabel Fernandes Lino de Azevedo	SES/MG	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Jose Henrique R. Rodrigues	SEF/MG	
Júlio Cesar de Oliveira Brum	IMNSNS	
Lucia Elena Rodrigues	COGEMAS	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	

Maria Raimunda nunes da silva	FAAP/MG	
Mauro Alves de Souza	ACONEQUISTAC	
Mila M. Ribeiro	SEPLAG	
Odette Pereira de Souza Santos	CMAS/ TRES MARIAS	
Patrícia Pinto Valadares	FAPAES	
Renata Vieira	ISJB	
Robson Marcos Pereira	CMAS BRUENO BRANDÃO	
Rodrigo dos santos	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/JF	
Shirley Aparecida Moreira da Silva	CMAS/ SARZEDO	
Tereza Cristina Damasco Gusmão	SEDESE	
Vinicius Q. Mendonza	CMAS/BH	
Volney Lopes Araújo de Araújo Costa	PSINDMG	

1973